



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0002/AM/11, de 29-04-2011

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Viera Cordeiro, Joaquim dos Santos Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Anézio Gonçalves Ferreira, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Rede de Saneamento do Carriço (Rede de Drenagem dos Lugares de Carriço e Matos do Carriço) – Proc.º n.º 73/2088;

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Parque de Estacionamento do Largo São Sebastião – Proc.º n.º 40/2010;

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre CIMUSICÓ – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó – Proc.º n.º 46/2010;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Regulamento de Atribuição das Medalhas Municipais;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 – Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;

Ponto 2.7 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2010;

Ponto 2.8 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais Consolidadas.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

De seguida informou ter recebido um comunicado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, Fernando Rodrigues Matias, em que informa que por motivos profissionais não pode estar presente na sessão enviando em sua representação o membro da Junta, Humberto Margarido Lopes, o qual, estando presente na sala, ocupou, de imediato, o seu lugar.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – Gabriela da Silva Santos e Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, que apresentou pedido para a justificação da sua falta a qual foi, de imediato, considerada justificada.

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi previamente distribuída pelos membros da Assembleia.

Colocada a acta a discussão, não se verificou qualquer inscrição.

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Dr. João Coucelo, em virtude de ter estado ausente da sessão anterior.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou o plenário de que a Associação Nacional de Municípios Portugueses vai realizar, no próximo dia 9 de Julho, em Coimbra, o XIX Congresso e lembrou que estarão presentes, em representação da Autarquia de Pombal, o Sr. Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal e o Dr. Guilherme Gameiro Domingues, eleito pela Assembleia, em sessão celebrada no dia 26 de Novembro de 2009.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Esta Assembleia Municipal decorre num momento que é particularmente crítico para a vida do nosso país e em vésperas de um processo eleitoral, razão que, para mim, é mais que suficiente para que, de alguma forma, secundarize as questões de âmbito concelhio e teça algumas breves considerações sobre os problemas mais vastos, que afectam a nossa vida colectiva e se reflectem, naturalmente, em todos nós, como portugueses ou munícipes do concelho de Pombal. Contudo, não vou deixar de evocar, em primeiro lugar, as comemorações do 25 de Abril, no momento em que as comemorações tradicionais não se realizaram a nível Nacional por razões suficientemente divulgadas, mas que, a nível local, apesar de também não se ter tido a cerimónia habitual na Câmara Municipal, teve, com certeza, momentos altos evocativos desse dia tão importante para o nosso país.

A homenagem ao Capitão Salgueiro Maia, na altura Capitão, um verdadeiro oficial e cavalheiro do autêntico 25 de Abri: a palestra do Coronel Almeida Henriques, que nos recordou, essencialmente, todos os preparativos e os factos políticos que antecederam a Revolução do 25 de Abril; e, depois, os espectáculos musicais, quaisquer deles com o seu brilhantismo. Não posso deixar de evocar aqui, sobretudo, a noite de fados e da guitarra portuguesa, porque terminou com um pombalense a cantar algo que faz parte do meu imaginário de juventude e que, naturalmente, é triste que sejam palavras que hoje tenham uma força até maior:

*“Há sempre alguém que resiste,
há sempre alguém que diz não.*

*Mesmo na noite mais triste em tempos de escuridão ou em tempos de servidão,
há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não.”*

Nós estamos na altura de dizer não a muita coisa.

Felicito a Câmara pelas obras que estão a decorrer no Concelho de Pombal, não vou enumerá-las, são muitas, fazem parte de investimentos comparticipados que são importantes, quer para o concelho em geral, quer para a cidade, e que se traduzem, uma boa parte delas, na preservação do nosso património histórico, e que, enfim, têm sido alvo de alguma polémica por parte de pessoas que têm, naturalmente, a sua opinião sobre o que está a ser feito, e eu reputo de importante termos essa salutar discordância.

Quanto às questões estéticas, se é melhor, se é mais bonito, se é mais feio, eu acho que isso é irrelevante porque se todos gostássemos da mesma coisa seria muito mau, “cada cabeça, sua sentença.”

Também felicito a Câmara por uma questão que se arrasta há anos, pelo menos no sentimento de muitos pombalenses, que é a recuperação da Casa dos Varelas. Eu felicito o Executivo pela sua aquisição, espero que o destino e o projecto de recuperação seja uma mais valia para Pombal, até pela representatividade arquitectónica que aquela casa tem, enfim, num estilo Korrodi e que, realmente, é um dos ex-libris de Pombal e do seu Concelho.

Também queria felicitar a Câmara Municipal de Pombal por, finalmente, ter dado uma participação activa e financeira significativa para, de uma vez por todas, acabar com o insondável atraso da construção do Centro de Saúde de Pombal, ou da sua ampliação, neste caso, questão que se arrasta há 12 anos, com 12 anos de ARS's incapazes, até agora, de tomarem a liderança de um processo que é, efectivamente, da tutela, mas para o qual as



MUNICÍPIO DE POMBAL

Câmaras, como a de Pombal, com certeza, têm sempre uma palavra importante e uma participação importante para resolver estes problemas.

Este país não é aquele que alguns quiseram fazer crer que era, ocultando uma realidade, que nos aproximava de um abismo sem retorno, indiferentes aos múltiplos alertas vindos de diversos sectores da sociedade civil e política, cultivando políticas irresponsáveis rumo ao descabro económico e social há muito tempo perceptível.

Quem responde e ignora ou manipula os números ou os factos da nossa realidade, insensível às vozes discordantes e aos alertas da sociedade, procurando o conflito e não as soluções para se vitimizar e branquear as suas próprias responsabilidades no desgoverno do Estado e da Nação, não tem condições para assumir os destinos do país e contribuir para uma esperança de um futuro melhor, por si próprio hipotecado.

É, naturalmente, o Eng.º José Sócrates o primeiro responsável do estado actual deste país, e o seu próprio partido que, nos últimos quinze anos, é bom não esquecer, nos governou doze anos e meio, doze anos são tempo mais que suficiente para avaliarmos as consequências e resultados de uma qualquer política e de um qualquer partido. Está à vista.

Não nos podemos resignar perante o que aconteceu e é tempo de exigir responsabilidades, como sempre devia ter acontecido, a quem as tem na situação que estamos apenas a começar a viver, porque o pior ainda está para chegar. A culpa é do FMI ou é de quem nos governou?

Há dois anos e meio atrás, eu acho que este episódio é importante no momento em que se tomam decisões eleitorais, com a crise económica e financeira mundial do horizonte, a então líder do PSD, num debate eleitoral com o Senhor Eng.º José Sócrates, foi acusada de catastrofista e de se estar a preparar para exigir aos portugueses sacrifícios que não eram necessários e quase foi ridicularizada por um pseudo-optimismo irresponsável, de quem tudo sacrifica e sacrificou, até o país pela sua vaidade e pelos seus interesses partidários. Não é orgulho, é vaidade.

Não podemos ter memória curta, mesmo que ideologicamente afastados de quem nos avisa, temos que perceber as verdades que os factos contêm.

Nós, portugueses temos de começar tudo de novo, partir do zero, sem esquecer o que ficou para trás, para não cometermos os mesmos erros. Temos de aprender a viver de outro modo, dentro das nossas possibilidades, procurando ser verdadeiros, honestos, autênticos e solidários em tudo o que fazemos.

Premiar o mérito e penalizar quem não serve, principalmente na classe política que, longe de ser um exemplo a seguir, precisa de se renovar em princípios éticos e morais que até agora têm estado arredados da sua praxis quotidiana.

Aos líderes exige-se que dêem exemplos, bons exemplos, como força mobilizadora para toda a sociedade.

O que acontecerá depois das eleições será uma incógnita.

Cabe ao povo escolher um novo Governo num momento em que a nossa soberania quase não existe.

Serão necessários entendimentos, toda a gente o diz, entre as forças partidárias para que este país tenha a capacidade para sair de uma crise que nos afectará durante longos anos. Como será possível fazê-lo com aqueles que a provocaram, é o que mais me perturba e mais dúvidas me suscita.

Se o Zé não está sozinho, mas com a esmagadora maioria dos do seu Partido, como se viu, ultimamente, no Congresso do Partido Socialista, como será o futuro?

E agora Zé Povinho?"



MUNICÍPIO DE POMBAL

Tiago Galvão, que usou da palavra como se segue:

“Na passada sessão da Assembleia Municipal não pude defender esta Bancada das palavras proferidas contra a mesma sobre as intenções e as pressões que fez, nesta Assembleia e junto do Executivo Camarário, para que os Conselhos Municipais da Juventude fossem implementados.

Pois bem, numa última tentativa de esclarecer o Executivo e os deputados mais distraídos, esta Bancada exerceu o seu dever de fiscalização, questionando o Executivo sobre os motivos que levavam a que a Lei não estivesse a ser cumprida, por parte do Município, claro.

As respostas foram sendo dadas, primeiro pelo Presidente da Câmara que manifestou claramente que não era a favor dos Conselhos Municipais da Juventude, depois, mais tarde, revelou que aguardavam alteração à legislação em vigor.

Para esta bancada esses argumentos sempre foram fracos e nunca nos deixaram satisfeitos. Primeiro por acharmos essencial a criação dos Conselhos Municipais da Juventude, depois por sermos da opinião que a legislação deve ser cumprida, mesmo estando em desacordo com o que ela contém.

A legislação está em constante alteração e este facto não pode ser desculpa para o seu incumprimento.

Como a função desta Assembleia Municipal não é a criação nem a alteração das leis, penso que o debate, a esse nível, não deve ser travado aqui, acho que devemos começar a ter noção do nosso lugar.

Relativamente à resposta do Senhor Presidente da Câmara sobre as questões feitas por esta Bancada sobre um possível Parque Verde para a Cidade de Pombal, achamos que existe uma grande confusão no Executivo que não consegue distinguir um Parque Verde de uma Zona Verde.

É bom que este conceito seja bem estudado por parte do Executivo pois um Parque Verde é essencial para a Cidade e é uma ideia unânime entre as Bancadas desta Assembleia. Por estes motivos formulo-lhe a seguinte pergunta:

Senhor Presidente da Câmara, para quando um Parque Verde digno desse nome, claro, e qual a sua possível localização?”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se transcreve:

“O assunto central da minha intervenção e prometo apelar à minha capacidade de síntese para cumprir o tempo, tem a ver com a recentemente e muito em voga “geração à rasca”.

O termo que passou a estar em voga por causa de algumas manifestações que aconteceram no país, compreendem-se, naturalmente, os legítimos anseios e as esperanças, muitas vezes frustradas, de uma geração que tenta aceder ao mercado de trabalho, mas, desde que eu me lembro, este país está repleto de “gerações à rasca”.

A minha, por exemplo, em 1983, viu entrar o FMI em Portugal consciente de que não seríamos mais enganados, agora vê-o novamente a entrar para trazer sacrifícios que nunca saberemos se terão consequências positivas no futuro.

Mas a “geração à rasca”, que gostaria hoje de destacar aqui, de forma bem vincada, é uma geração que andarà agora pelos 70 anos, e que era uma geração com pouca ou nenhuma capacidade crítica, motivada pela fraca instrução da altura, e que teve que enfrentar desafios muito complexos, nomeadamente um, de que agora comemoramos os 50 anos, e que foi o início da guerra do Ultramar, onde mostrou toda a coragem, determinação e espírito de sacrifício, que hoje são valores que por vezes estão esquecidos. Nessa imensa massa humana que na altura foi



MUNICÍPIO DE POMBAL

para as províncias ultramarinas defender mais objectivos colectivos comuns, estão muitos pombalenses, muitos deles não voltaram. E esses devem ser alvo da nossa homenagem e do nosso reconhecimento.

Essa mesma geração voltou para Portugal que não tinha condições para lhe oferecer e emigrou. E hoje, de forma informal, comemoram-se mais ou menos 50 anos, refiro mais ou menos porque o processo de emigração não é um marco na história, é um processo continuo mas onde um grande massa portuguesa foi para os países do centro da Europa, principalmente França e Alemanha, levar o bem que tinha para exportar que era a sua capacidade de trabalho, a sua força em condições terríveis, e que muitos que talvez que me ouçam, sabem bem.

Dessa gente, alguns ficaram nos Pirinéus, não conseguiram passar esses montes para o lado de lá, mas com coragem, com determinação, com força, lutaram pela sua ambição, e essa gente são também pombalenses, porque Pombal é dos Concelhos com maior índice de emigrantes, basta andar pelas ruas, aqui, em Agosto, e nem sequer sabemos acolher essas pessoas que nunca esqueceram a sua terra e foram fonte e sinónimo de receitas e divisas, no fim de contas, para o nosso país. Portanto, de forma singela, creio ser minha e nossa obrigação recordar, aqui, esses pombalenses, uns que estão lá fora, outros que já regressaram, mas que nos deram grande exemplo de coragem, de espírito de sacrifício, de determinação e de ambição, sim porque ela é necessária.

É isso que eu faço aqui, hoje, e num momento tão complexo da vida portuguesa, da vida política, da vida económica, da vida social. Eu desconfio que, como escrevia Fernando Pessoa, as lágrimas dos portugueses não estão só no mar salgado mas também por terras de França, da Alemanha ou nas terras de África, mas essas lágrimas ainda não secaram e, provavelmente, são lágrimas que hoje os portugueses ainda derramam, devido às condições de vida e às dificuldades que atravessam, no entanto, acredito que conseguimos dar a volta.

Voltando à questão da chamada “geração à rasca”, que independentemente de gostarem ou não do termo, antes das pessoas saírem para a rua, no passado, no século XIX e XX, muitos lutaram para que cada pessoa tivesse direito a um voto, independentemente da sua condição e é uma traição haver um acto eleitoral e as pessoas ficarem em casa e por comodidade não irem votar. No dia 5 de Junho vamos assistir, muito provavelmente, a umas das eleições mais importantes da nossa história recente.

O apelo que aqui devo deixar, a todos os pombalenses, é que não fiquemos em casa, é que saibamos conhecer as armas que temos hoje ao nosso dispor, antes de sairmos para a rua para reivindicar, e esse é um direito que temos, e de empunhar cartazes mais ou menos coloridos, honremos a democracia, honremos aqueles que lutaram por este direito e vamos votar, no dia 5, e escolher.

Os políticos não são todos iguais, uns mentem e outros não.

Recordo, aqui, as palavras de uma pessoa que muito estimo, e que me disse, recentemente, que a ética está muito para além daquilo que está escrito nas tábuas da lei. É verdade.

Saibamos todos honrar essa ética como pombalenses.”

Odete Alves, cuja intervenção se transcreve:

“Considerando que a actual conjuntura económica tem conduzido ao aumento das situações de desemprego e das relações laborais precárias, e que se verifica, também, uma crescente fragilização dos laços familiares e sociais, que essas alterações têm reflexo directo no endividamento das famílias e também são perturbadoras do equilíbrio social e que estas condições também se fazem sentir no nosso concelho, entendemos que é justificável e



MUNICÍPIO DE POMBAL

imprescindível, implementar com carácter transitório, medidas e acções de âmbito social que previnam e minimizem fenómenos de exclusão social.

A sociedade civil representa, cada vez mais, uma fonte de recursos que, organizados e estruturados, são capazes de assegurar e reforçar a continuidade do trabalho em parceria, com clara definição de responsabilidades, investindo em processos de inserção e na acumulação dos níveis de desigualdade. Os Municípios, enquanto Poder Local, e por isso mais próximos dos cidadãos e dos seus problemas, devem reconhecer o papel determinante da sociedade civil como mobilizadora de novas metodologias capazes de inverter os factores geradores de pobreza.

O importante é, sem dúvida, incentivar processos de participação social e de inclusão e de respeito pela cidadania.

Assim, os Municípios devem optar por novos modelos de inclusão social que apostem na parceria como meio para uma nova política social mais activa e atenta.

Os municípios devem, por isso, através de seus gabinetes de acção social, centrar-se na prestação de todo o tipo de apoios necessários para a reversão da situação de carência socioeconómica, habitacional e de saúde, no sentido da promoção da qualidade de vida das famílias que a ele recorrem, devendo para tal, através de uma equipa multidisciplinar, proceder a uma avaliação dos agregados familiares que permita efectuar o diagnóstico da situação e realizar, posteriormente, as diligencias necessárias no sentido do encaminhamento do apoio necessário nos âmbitos das suas carências em termos sociais.

Deve, contudo, haver uma articulação permanente entre estes gabinetes e a Segurança Social, as Juntas de Freguesia, as Instituições Locais e a própria sociedade civil, que permita agilizar os procedimentos no sentido da atribuição dos apoios necessários.

Devem os municípios privilegiar um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, baseada na igualdade entre os parceiros e na consensualização dos objectivos e concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

Considera, esta bancada, que é essencial que se criem novas formas de conjugação de esforços, se avance na definição de prioridades sociais e que, em suma, se planeie de forma integrada e integradora o esforço colectivo. Só assim é possível a articulação e adaptação das políticas e medidas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais, aumentando a capacidade de detecção e resolução de problemas individuais, gerando respostas específicas para necessidades específicas, transformando a cultura e práticas dos serviços e instituições locais no sentido de uma maior transparência e abertura a outras entidades e às populações, implementado sistemas de informação eficazes, permitindo a produção e actualização de diagnósticos locais bem como a difusão da informação a todos os agentes e entidades interessadas e incrementar a participação e mobilização dos destinatários dos programas.

Registamos com agrado que o Município procedeu à actualização do diagnóstico social do Concelho, contudo, consideramos que é fundamental criar, igualmente, comissões sociais de Freguesia ou inter-freguesias em todo o Concelho, que são plataformas de planeamento e coordenação de intervenção social que ajudam o Município a planear de forma integrada e participada e a garantir a implementação de iniciativas de desenvolvimento social local, com vista a uma maior eficácia das respostas sociais.

Assim, e deixando aqui estas preocupações e reflexões, aproveitamos para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre que novas medidas sociais de combate à crise estão a ser previstas ou implementadas pelo Município?

Que observatórios especiais existem no Concelho?



MUNICÍPIO DE POMBAL

Que trabalho está a ser desenvolvido nas Freguesias, no âmbito da rede social?

E que articulação é feita entre o Município e os restantes parceiros na área social, designadamente na sinalização de casos sociais que necessitem de medidas de apoio?”

Andreia Marques, que usou da palavra como se segue:

“A minha intervenção vem no sentido de congratular o Executivo Camarário, na pessoa do Senhor Vereador, Dr. Pedro Pimpão, pela organização de mais um evento de sucesso, refiro-me à Feira da Juventude.

Sendo esta a segunda edição, conseguiu ter um sucesso superior ao do ano passado, conseguindo mesmo contar com uma vertente inovadora, a mostra de curtas metragens que contou com a presença de um realizador estoniano nomeado, este ano, para os Óscares de melhores curtas metragens.

Ao longo dos seis dias de eventos culturais e desportivos, foram milhares as pessoas que passaram pela Expocentro ou que participaram nas diversas actividades disponíveis.

De salientar também a soiré de poesia, realizada no Café Concerto e que se revelou uma noite de sucesso, apreciada por todos os que estiveram presentes, sem esquecer as dezenas de Instituições do Concelho que estiveram envolvidas e organizaram diferentes actividades dedicadas aos jovens.

Não podemos também esquecer que, uma vez mais, o nome de Pombal é levado a todo o país e até ao estrangeiro pelos melhores motivos.

Contou com sucessivas notícias na Antena 3, RTP, SIC Radical e comunicação social local e regional.

Por tudo isto, estou certa de que este será um evento a repetir. Além disto há ainda a reconhecer as mais valias em termos económicos que eventos deste tipo trazem à cidade, senão repare-se que durante o tempo da Feira da Juventude, várias foram as pessoas que ficaram alojadas na unidades hoteleiras da cidade, assim como as que fizeram compras no nosso comércio e tomaram as suas refeições nos nossos restaurantes, dinamizando assim um pouco mais a economia pombalense. Finalmente e não menos importante é a indicação do Vereador Dr. Pedro Pimpão como 6.º candidato à Assembleia da República pelo PSD pelo Circulo Eleitoral de Leiria e do meu colega deputado Dr. João Coelho que ocupa o 9.º lugar da lista do PS no mesmo distrito. Parabéns aos dois e felicidades.”

André Coelho, que usou da palavra como segue:

“A minha intervenção vai tentar ser rápida e concisa, no entanto, surpreendido pelas palavras amáveis da colega Andreia Marques, quero agradecer os desejos de felicidades e naturalmente associar-me ao desejo, também estendido ao meu colega nesta luta democrática, Dr. Pedro Pimpão.

Queria também associar-me ao festejo que hoje teremos em Pombal, ao aniversário dos órgãos de comunicação social que fazem uma honrosa data de aniversário de 25 anos e, portanto, pelo papel que desempenha na sociedade, em Pombal, duma forma digna, e que eu espero que continue a ser feita duma forma vincada, profissional e com sentido de responsabilidade.

Presto aqui a minha homenagem aos profissionais que neles desenvolvem a sua actividade e que por eles se sacrificam.

Queria também registar as palavras do Dr. João Coucelo em relação a uma data feliz, pelo menos, a do anúncio do novo Centro de Saúde em Pombal é algo pelo qual nós lutamos também há muito tempo, cada um com as suas forças, cada um com os seus conhecimentos, cada um com as suas possibilidades e diligencias, quero acreditar que todos tenhamos contribuído um pouco



MUNICÍPIO DE POMBAL

para esta solução, ao fim e ao cabo era algo preciso e desejado pelos pombalenses há já bastante tempo e quero registar com apreço a mudança de atitude, para o lado positivo, da Câmara Municipal, que se propôs a resolver este assunto de uma vez por todas, o que é sempre salutar.

Se para dançar o tango são precisos dois, penso que finalmente a Câmara se propôs a ser um bom par. Por fim, quero fazer uma pergunta muito rápida ao Sr. Presidente da Câmara para perceber, dentro deste panorama de crise que todos nós reconhecemos, qual é o grau de actividade económica que Pombal ainda vai vivendo, gostava de perguntar ao Sr. Presidente como é que está o nível de vendas de terrenos em Zonas Industriais no nosso Concelho? Ao fim e ao cabo é uma informação elementar mas também essencial. Gostava de perceber, com todo o investimento que está prometido, não tanto o investimento feito, mas com todo o investimento que está prometido, algum realizado em zonas industriais no nosso concelho, qual o grau de sucesso que temos neste nível e não me estou a referir, naturalmente, só ao ano 2010.

Eu também o li o Relatório, mas gostava de perceber como é que estamos no dia-a-dia, há um grau de evolução, portanto, pergunto ao Sr. Presidente, até para percebermos a sequência duma pretensa política de afirmação económica do nosso Concelho em relação aos outros Concelhos vizinhos e até com condições favoráveis, como veremos mais à frente, a Câmara é uma Câmara saudável em termos financeiros, já disse aqui que acho que tem condições para delinear uma estratégia clara e atractiva para a afirmação do nosso Concelho, tanto a nível económico, como a nível fiscal, de promoção da nossa Cidade e do nosso Concelho, como um local atractivo para investimentos dos nossos empresários que ainda assumem o risco, e eu espero que muitos continuem a assumir o risco e gostava de vê-los a assumir o risco, aqui, em Pombal.

Portanto pergunto ao Sr. Presidente, de uma forma clara, como é que está o nível de actividade de atracção, de actividade económica em Pombal, através da venda de terrenos em zonas industriais.”

Avelino António, que fez a intervenção abaixo:

“Esta minha intervenção vem no sentido de dar a conhecer a absoluta necessidade de uma passadeira para peões no IC2, em Meirinhas, junto dos primeiros semáforos, no sentido Pombal/Leiria.

Trata-se de um cruzamento bastante perigoso, com muitas pessoas a atravessar a pé e de bicicleta.

Acontece que o semáforo do controle de velocidade apenas se encontra numa faixa de rodagem. Os peões ao aperceberem-se dos carros parados, avançam, só que na outra faixa os carros não param.

Eu não conheço, no Distrito de Leiria, passadeiras no IC2, mas no Distrito de Coimbra existem, na zona de Condeixa e Mealhada o trânsito não será inferior ao das Meirinhas.

Ontem mesmo, presenciei uma senhora com uma bicicleta à mão, não na faixa do semáforo, mas na faixa contrária. Quando o trânsito parava no sinal de controlo, a faixa ao lado contrário tinha trânsito. Quando tinha uma abertura, já o trânsito que esteve parado circulava. A senhora com a bicicleta estava ali, dando um passo à frente, um passo atrás.

Desconheço as démarches necessárias para reclamar, pelo menos, uma passadeira, já que duas, uma em cada semáforo, era o ideal, mas pelo menos uma deve ser reclamada urgentemente, já que as obras previstas no IC2 de Leiria a Coimbra foram canceladas.

Apelo para que algo se providencie nesse sentido.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É que o meu saudoso pai pereceu aí, não foi no primeiro mas foi no segundo semáforo quando atravessava com a bicicleta na mão.”

Vítor Gomes, cuja intervenção se segue:

“Eu vou fazer a minha intervenção usando três pontos diferentes.

O primeiro é sobre uma intervenção que já fiz aqui, em Assembleias atrás.

Na altura estavam a ser construídos os pontões na 1.6, e eu referi-me, concretamente, ao mau estado das estradas que eram na altura consideradas alternativas à 1.6.

Na altura falou-se que estavam em estado degradável e eu, por acaso, verifiquei que dias depois passou lá uma camioneta da Câmara, fez uns montinhos em cima dos buracos e foi-se embora. Até hoje, essa estrada não sofreu qualquer intervenção.

Eu considero, e acho que devem considerar todos os pombalenses, que estradas daquela natureza no estado em que estão, envergonham qualquer munícipe e qualquer cidadão deste concelho.

Eu admiro-me muito que os Presidentes de Junta dessas áreas não façam a tal reclamação, preocupam-se mais com os limites da freguesia, duas casas que estão fora da sua população, em vez de preocuparem com o estado crítico em que se encontram estas estradas e refiro-me, concretamente, à estrada que vai do Outeiro da Cruz, Remessa, Barrigueira, Santiago de Litém, à estrada que vai da Melga, Catela, Sourão, Gavária, Serra de Bonha, Andrés, Valada, Outeiro Alto, e ainda uma transversal que vai do Sourão à Ponte da Assamaça.

Uma Câmara Municipal que se diz com tantos fundos, com tanto dinheiro, que não tem dívidas, não seria oportuno olhar para essa gente, até porque se trata de uma população, das populações que mais têm contribuído, em termos líquidos, para o Concelho de Pombal. Eu refiro-me, concretamente, a uma das populações que mais emigraram e que mais fundos têm trazido para este Concelho e a consideração que têm tido por eles é a que está a vista.

Eu gostava de não voltar a falar sobre isto, gostava que alguém nesta Câmara olhasse para aquela gente e lhe desse a mesma dignidade que dá a outros cidadãos deste Concelho. Em relação a isto já me alonguei demais.

Outra questão são as obras no Rio Arunca e, mais concretamente, ali junto à ponte. Eu gosto de ver aquelas obras, gosto e já me referi várias vezes a isso, ao rio. E acho bem que se faça um passeio ribeirinho, só é pena que não se tenha preservado, quando se construíram aqueles prédios junto ao rio, não se tenha preservado espaço para que esse corredor fosse feito sem que tivesse sido feito em cima do rio. Não se planeou, não se previu e está-se a fazer passeios dentro do rio quando se deviam fazer fora. Por outro lado, eu ainda estou à espera que um dia se façam também casas dentro do rio. Pode ser que ainda viva para ver isso.

Em relação ao rio, e ainda na semana passada choveu muito, disseram que quando chove muito, as águas vêm turvas mas antes da água chegar ao rio, ela já estar turva é que é indigno.

A direcção do ambiente deve vir ver o que é que se passa, se é que não sabe, portanto eu tenho as minhas dúvidas que a Câmara não saiba qual é a origem dos barros que são despejados no rio, se não actua, por alguma razão é.

A outra questão, a terceira questão, é a questão daquele mamarracho em frente à farmácia Torres. Afinal não sou só eu que sou invejoso, já há também elementos do PSD a escreverem nos jornais a dizer que aquele mamarracho até merece uma subscrição pública para ser retirado de lá.

Afinal também há invejosos no PSD.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Começo por responder ao Sr. Deputado Tiago Galvão para lhe dizer que a diferença entre um Parque Verde e uma Zona Verde, eu que trabalho há mais de quarenta e cinco anos por conta de outrem, já usufrui deles durante estes anos todos e sei que um Parque Verde deve ter 4 hectares ou mais. Mas quero dizer que, desde que estou na Câmara, há 17 anos, que as zonas verdes do nosso Concelho foram ampliadas, começando aqui por este jardim; pelo jardim do vale; pelo Barrocal, onde comprámos 40.000 m²; pela Sra. de Belém; pela escola Gualdim Pais, com mais de 30.000 m² de terreno adquiridos para aquele jardim; pela Formiga; o jardim das Oliveiras; pela zona onde estavam os ciganos e agora a expropriação e a transferência do parque de máquinas para o parque industrial Manuel da Mota; pela zona verde junto ao rio e piscinas; pelo Castelo, onde comprámos 8.000 m² de terreno; pela zona de cima do açude, onde comprámos 25.000 m² e estamos lá a fazer uma zona verde e a valorizá-la; pelo corredor ribeirinho.

Temos que criar uma bacia de retenção, o projecto está em andamento com o apoio do Instituto Nacional da Água, vai levar mais de 4 ha de terreno, na zona dos Caseirinhos, com melhorias até para que não haja mais inundações ou cheias na nossa cidade.

A mata da Rola, como o senhor sabe, tem vindo a ser limpa para ser ordenada e adquirida por negociação ou expropriada por interesse público, como também a zona do Casarelo vai ter Zonas Verdes interiorizadas naquela Urbanização, porque nada aqui é Urbanizado sem se respeitar a lei e sem cedência dos terrenos devidos para Espaços Verdes.

Refiro-me aqui as Cegonhas, refiro-me à urbanização das Oliveiras, refiro-me à Urbanização da Sra. de Belém, refiro-me à Urbanização do Souto, etc.

Até este terreno em que se tiveram de gastar tantas energias junto da REFER e que, ao inaugurarmos aquele parque, que está parado por estar vandalizado, e que já devia ter sido posto em funcionamento, não nos deixaram inaugurar aquela zona, que enriqueceu o jardim, fizeram uma manifestação pública e política nesse dia, que era o Dia do Município, sem deixarem, sequer, os representantes da REFER fazer o discurso.

Portanto, penso que as zonas verdes não têm sido descuradas e que sei distinguir, Sr. Deputado, aquilo que é um Parque Verde de uma Zona Verde.

Em relação à Sra. Dr.^a Odete Alves, não havia aqui uma assistente social, na Câmara, quando eu cheguei aqui, agora há três assistentes sociais, uma psicóloga, uma divisão de serviço social, fazemos parte do Concelho Local de Acção Social que é o CLAS e que reúne de três em três meses e em que se faz uma inventariação daquilo que urge fazer e cuja análise é feita em parceria com várias instituições ligadas à problemática.

Disse-me aqui o Sr. Vereador que são 50 individualidades, temos vindo a fazer muito, tal como no apoio às lojas sociais, à habitação social, na acção social escolar, o atendimento integrado não foi possibilitado porque não tivemos o apoio da Segurança Social para ele ser efectivamente implementado no concelho, mas temos, graças a esta divisão de serviço social, atendido a muitas solicitações de pobreza envergonhada, de condições de habitabilidade de degradação total que são apoiadas, em termos de construção de instalações sanitárias, melhores cozinhas, melhores quartos para habitação e têm sido inúmeros os apoios detectados e também informados pelos Senhores 17 Presidentes de Junta das Freguesias do Concelho, a que nós temos estado atentos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não obstante isso, também o apoio que nós temos dado aos Centros de Dia e Lares do nosso Concelho. Havia 4 centros de dia e lares quando nós chegámos, aqui, à Câmara, há 17 anos, hoje, há mais de 20. Temos seis mil e tal metros de terreno para a Unidade de Cuidados Continuados, quatro mil e tal metros para a Associação de Doentes de Alzheimer, comprámos terreno em Almagreira para melhorar o Centro de Saúde, e também na Guia, o nosso Centro de Saúde de Pombal também vai ter cedência de terreno, a obra vai ser nossa e vamos lá gastar uns milhares de euros.

Tudo isto está ligado à problemática social do nosso concelho. Também temos que tratar as pessoas, na sua velhice, com dignidade, com profissionalismo, e com condições dignas.

Portanto, penso que nada disso tem sido descuidado e que muito foi feito, não por mim, mas por todos aqueles que aqui residem e trabalham e por aqueles que têm a possibilidade de pensar no bem comum e em termos de cidadania, naquilo que as pessoas idosas e menos idosas merecem que se faça assim como ao nível das crianças do pré-escolar e dos jardins de infância.

Relativamente ao Senhor Deputado João Coelho, para saber o nível de vendas dos terrenos, pode ler o nosso Relatório de Contas, nas páginas 63 e 64, onde constam a aquisição e alienação de imóveis.

Devo dizer que comprámos mais de 40.000 m² de terreno no Parque Industrial do Louriçal que estava desactivado, começaram a aparecer potenciais compradores para instalar lá determinadas Industrias, mas temos que fazer as infraestruturas, já dei instruções para que se faça o projecto, não é só comprar o terreno.

Comprámos, como sabe, terreno para um Parque Industrial na Guia e que já está todo ocupado, já não tem lotes para vender.

O Parque Industrial Manuel da Mota também já foi aumentado duas vezes e há lá industrias que, felizmente, não fecharam e que estão a ampliar as suas instalações e até a alienar determinados metros de terreno que nós, de acordo com a alteração do plano, estamos a proporcionar para manter o layout dessas fábricas, para que elas não sejam desactivadas e se mudem para outros espaços maiores. Estamos a fazer os possíveis e os impossíveis para que, de facto, as instalações que lá existem, desde que se criou o parque, continuem a ter as condições de certificação e de qualidade e de competitividade que os tempos modernos exigem.

Em relação aos Conselhos Municipais da Juventude, queremos viabilizar esses Conselhos. A lei 18/2009 é inconstitucional e por isso foi apresentado um novo diploma por todos os partidos. É na próxima legislatura que ela, efectivamente, vai ser aprovada e só depois é que nós vamos apoiar e dar andamento ao Concelhos Municipal da Juventude.

Em relação ao Sr. Deputado Avelino António, meu caro amigo, no primeiro mandato a Câmara Municipal reclamou à Junta Autónoma de Estradas a construção de seis passagens desniveladas na nacional n.º 1, tem ofícios que o provam.

Não tem havido estratégia de obras públicas, a nível nacional porque em Lisboa, e nas grandes metrópoles, faz-se tudo isso, e a Nacional n.º 1 continua a ser uma estrada fatídica, mortífera, não se defendem ali passadeiras, defende-se é uma passagem desnivelada e, estamos a aguardar a requalificação desse traçado, que já foi posto de parte, porque os Governos com sentido de Estado têm objectividade, têm responsabilidade, e quando se projecta uma obra é para se fazer, mas nós, a nível nacional, temos projectado muita coisa, depois indemnizamos aquilo que não devíamos indemnizar e não fazemos nada.

Em relação ao Sr. Deputado Vítor Gomes, quero dizer que na Estrada 1.6 não foi fácil fazer as pontes, foi uma estrada desclassificada, não nos pagaram aquilo que foi prometido, porque veio



MUNICÍPIO DE POMBAL

aqui um Senhor Deputado ou Senhor Ministro que prometeu aqui 1.150.000 contos para as três estradas desclassificadas, a 237, a 237-1 e a 1.6., assinámos aqui o contrato-programa, com o testemunho dos órgãos de comunicação social, e depois só vieram 850.000 contos, este é o Estado de direito e democrático que temos, de perseguição política.

Há obras em curso naquela zona, estamos a avançar com o saneamento, temos que qualificar e redimensionar aqueles arruamentos todos que, efectivamente, estão em péssimo estado.

Também devo dizer que a responsabilidade de construção do prédio junto ao rio foi licenciado antes de eu vir para a Câmara, portanto, peça responsabilidades a quem me antecedeu.”

Fernando Silva, cuja intervenção se segue:

“Depois de todas as intervenções anteriores, há dois ou três pontos que eu tinha pensado, já ultrapassados.

Um deles seria as Comemorações do 25 de Abril, realmente é de salientar a forma diferente como a Câmara este ano procedeu a esse evento. Quem teve a felicidade de participar, penso que ficou mais rico com a forma como lhe foram explicados todos esses acontecimentos.

Eu queria aqui deixar uma preocupação, uma preocupação com o trânsito, com a circulação nas estradas da zona, principalmente no IC2.

Nós temos recentemente, sentido o aumento do número de acidentes e o aumento número de vítimas.

É fácil aqui referir que primeiro foi uma estudante a dois dias de terminar o seu curso, depois, foi uma funcionária do hospital, depois foram dois jovens, a seguir é mais um pai, e nós vemos isto, pacificamente, e todos dias vamos assistindo a isto.

Não é culpa de ninguém, provavelmente ninguém nesta sala tem uma solução para isso, mas eu trago aqui este assunto porque estamos a uma semana de uma grande avalanche de pessoas que circulam na IC2.

É do conhecimento geral que a Junta Autónoma de Estradas, ou a GNR, todos os anos, na zona da recta do Tinto fecha uma via de circulação ao trânsito.

De seguida leu o seguinte documento:

“Fernando Silva, Deputado nesta A.M. propõe que a Assembleia, pela Mesa, faça um contacto no sentido de informar a Direcção de Estradas de Leiria da preocupação aqui apresentada sobre a insegurança para os peões (peregrinos para Fátima), por falta de espaço paralelo às vias de circulação.

A exemplo do que é feito na recta do Tinto, Freguesia de Pelariga, sugere-se que o mesmo seja feito na Ladeira das Leais, de 8 a 12 de Maio.

Há registo de acidentes, e uma das causas pode mesmo ser a falta de espaço para circulação de peões.

Informamos que há uma via paralela à IC2 entre Flandes e Meirinhas podendo, caso essa Direcção de Estradas assim o entender, ser utilizada pelos peregrinos se a isso foram indicados com sinalização no local, e proporcionar às viaturas de apoio poderem virar à esquerda, local com duplo traço contínuo.

Sentido por todos os peregrinos, o perigo ali existente justifica um esforço da Direcção de Estradas.”

Após leitura do documento, continuou a sua intervenção como se segue:

“Uma situação que, de alguma forma, preocupa parte dos habitantes desta cidade, penso que por falta de conhecimento, são as obras de requalificação da zona histórica.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ninguém tem dúvidas que serão úteis e que a cidade vai ficar melhor, mas por aquilo que eu constato, as pessoas da zona histórica estão de alguma forma preocupadas como é que a obra vai ser feita, quanto tempo é vai estar limitada a circulação e se, nos meses de Julho e Agosto, aquela zona vai estar interdita ou não.

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“ Começo por saudar o regresso a esta casa do Dr. Anézio Gonçalves. Seja bem-vindo. Será um contributo para a discussão nesta casa, com toda a certeza que a sua experiência, o seu passado fala por si e nós iremos engrandecer a Bancada do PS que saúda o seu regresso à A.M. de Pombal.

Falar também do 25 de Abril e, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, saudar a forma simpática, a forma pausada como foi comemorado o 25 de Abril em Pombal.

Dizer que a lição de história a que assistimos no cine-teatro em Pombal, efectivamente, muitos dos pombalenses ausentes deveriam ter estado presentes porque assistiu-se, quer queiramos quer não, ” de viva voz” a quem viveu, a quem proporcionou, aquilo que o meu colega Jorge Cordeiro há pouco dizia, e que eu só discordo num pequeno pormenor, é que não é um direito, é um dever, devemos ir votar, independentemente da ideologia que possamos defender.

Continuando, saudar, e já o fiz pessoalmente, na pessoa do Sr. Vereador da Juventude, Dr. Pedro Pimpão, a semana da Juventude que decorreu em Pombal, iremos ter mais porque é um evento a continuar. Haja dinheiro, haja vontade, haja coragem de continuar, Pedro, não leves a mal, espero, honestamente, que para o ano sejas o responsável dessa situação.

Continuando, falando agora relativamente de quem é o responsável, neste caso a responsável da parte cultural deste Concelho. Este concelho tem tido muitas e diversas actividades culturais.

Desde a última A.M. até à presente, são inúmeros os eventos que se realizaram em Pombal, uns melhores outros piores, uns que se gostam outros que não se gostam, mas com toda a certeza, o que fica plasmado a todo o tempo, é que, efectivamente, a cultura está a mexer em Pombal. E cultura não é só música clássica, cultura não é só leitura, cultura não é só Rancho Folclórico, é uma mescla de tudo isto e pelo menos, parece-me a mim, que a sociedade civil também já começou a aderir e o dia 12 de Abril, foi efectivamente uma forma simpática de saber que em Pombal, cidade de Pombal, existe alguém preocupado com um tema que por vezes é desleixado, a poesia. Mas não é só na cidade de Pombal, nas outras freguesias também acontece cultura.

Falar do desporto e rapidamente dizer que, o Instituto D. João V, na sua equipa de futebol de salão, está de parabéns pelo excelente campeonato que tem vindo a desenvolver ao longo deste ano. É a quarta formação nacional que, atrás do Benfica, Belenenses e Sporting, aparece na classificação.

Falar do Guiense que estará presente na final da taça distrital em futebol, falar do Atlético Clube de Vermoil, no atletismo, que tem levado o nome de Vermoil e de Pombal por essas fronteiras, não só nacionais, mas também internacionais e a conseguir bons resultados.

Recordar, aqui, a todos quantos estão presentes que, amanhã, o Sporting de Pombal joga uma cartada decisiva. Há necessidade de continuar, há necessidade de apoiar o Sporting de Pombal. Pombal merece efectivamente ter uma equipa na divisão em que está, ou seja, na segunda divisão nacional.

Comunicação social, na Rádio Clube de Pombal, no Correio de Pombal, realmente os parabéns, realmente é a comunicação que temos, é a comunicação possível, é a comunicação que vai sendo feita, e que vai transmitindo para fora do nosso Concelho tudo aquilo que aqui vai acontecendo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dr. João Coucelo, efectivamente, o Centro de Saúde era uma aspiração de todos nós, que felizmente, e como disse o meu camarada João Coelho “agora há par para dançar o tango.” Esperemos que seja bem dançado e que seja concretizado da melhor forma e um “Pasodoble” daqueles à velhinha portuguesa, ou melhor, velhinha argentina, para que a coisa acabe em beleza.

Finalmente, na lista de deputados foi aqui referido que dois pombalenses estão nessas listas, PS e PSD, mas há cinco pombalenses nas listas de deputados, há mais três, cada um pela sua força política, CDS-PP, no caso de Jorge Abreu, PCP, neste caso o Dr. Adérito Araújo, e o Bruno Martins que vai ser candidato pelo Bloco de Esquerda. São pombalenses que estão nas listas, independentemente de conseguirem ou não conseguirem o que tantos almejam, estão lá, e Pombal está representado.

Agora Dr. João Coucelo, eu peço-lhe imensa desculpa quando há pouco o Senhor fez referências à situação nacional e eu contrariando tudo aquilo que penso relativamente a estas Assembleias Municipais, hoje não posso ficar de todo calado relativamente ao que aqui foi dito.

Não vou aqui branquear o que quer que seja. Com toda a certeza que há más opções, há más escolhas, mas com toda a certeza que também houve boas escolhas e houve situações que foram levadas de forma a proporcionar a Portugal algo melhor que antes não tinha tido.

E uma dessas situações, hoje mesmo aconteceu, quando o Tribunal Constitucional veio considerar que aquela votação de 25 de Março da Assembleia da República, onde a oposição em bloco quis revogar, sabe-se lá porquê, a avaliação dos professores, hoje foi constituído como inconstitucional.

O Senhor Presidente da República, Professor Cavaco Silva, pediu a verificação dessa situação e hoje ficamos a saber que a Ministra da Educação, o Governo do PS, naquele ponto pelo menos, tinha razão.

Com toda a certeza que há outros pontos em que não tem razão, mas também uma coisa é certa, se hoje estamos na situação em que estamos, muito devemos à oposição que tivemos, porque foi ela que votou em bloco para que a situação do PEC não tivesse sido aprovado. Hoje temos o FMI cá dentro.

Eu só iria terminar com três questões para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal.

O Sr. Presidente falou aqui no Parque Infantil que se encontra junto às instalações da REFER, Sr. Presidente, aquele parque está, como o Sr. já constatou com toda a certeza, uma perfeita vergonha. O dinheiro que lá está a ser gasto ou que já foi gasto, está a ser destruído diariamente por quem não o merece. Peço-lhe efectivamente que tome precauções, que tome medidas drásticas, no sentido de preservar aquele espaço para que os pombalenses possam usufruir daquele espaço infantil que muito bem, e em boa hora, foi criado.

A segunda questão que lhe coloco é a seguinte: O estádio municipal de Pombal está a sofrer remodelações e obras. Para quando estão previstas o término dessas obras e para quando vamos ter, se vamos ter, a inauguração dessa situação ou um evento desportivo que muito honra Pombal, nomeadamente com o atletismo.

E a última questão que lhe quero colocar Sr. Presidente, eu peço-lhe imensa desculpa, mas das duas uma, ou eu não entendi ou o Senhor não explicou, e eu sei que o Senhor sabe a diferença entre parque verde e zona verde, o Senhor que é Engenheiro de formação, com toda a certeza tem toda a legitimidade para falar. Agora há uma coisa a que o Senhor não respondeu. Vamos ou não construir um Parque Verde em Pombal? Porque Zonas Verdes a gente sabe que temos



MUNICÍPIO DE POMBAL

muitas, e o Senhor fez a alegoria de umas quantas que cá temos, agora um Parque Verde, para quando é que vamos ter?”

Fernanda Guardado, cuja intervenção se segue:

“Num momento difícil como aquele que estamos a viver, as pessoas e as instituições têm que estar preparadas para resolver os problemas com que se deparam no dia-a-dia. Há mesmo quem diga, e é verdade, que é nos momentos de crise que se descobrem os verdadeiros heróis. Num país virado ao avesso, com várias Gerações à rasca, como um colega já hoje aqui referiu, em que emigraram os avós, e eu diria mesmo, hoje estão a emigrar os netos, porque o país não lhes dá oportunidade de trabalho, depois de ter investido na sua formação, o nosso concelho vai seguindo em frente e vai mostrando a todos que é trabalhando, investindo e criando postos de trabalho que a crise se ultrapassa. Naturalmente, que para ajudar na resolução dos problemas, contam as pessoas, mas também as instituições, que afinal são dirigidas e geridas por pessoas. A este propósito, na minha intervenção, quero fazer um breve comentário a uma comissão que existe neste concelho, que funciona e reúne nos espaços da Câmara Municipal, mas é independente desta, e de forma discreta mas eficaz, vai ajudando as famílias na resolução dos problemas relacionados com as crianças e jovens problemáticos.

Trata-se da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Pombal, mais conhecida por CPCJ. Funciona em modalidade alargada e restrita sendo a comissão alargada composta por representantes do Município de Pombal, do Centro Distrital de Segurança Social, do Centro de Saúde de Pombal, do Ministério da Educação, da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Assembleia Municipal, Instituto Português da Juventude, representantes das IPS's, representantes das associações que desenvolvem actividades desportivas, recreativas e culturais, representantes da Associação de Pais, e ainda técnicos de outras instituições do concelho, como é o caso da CERCIPOM.

Nas suas comissões restrita e alargada, a CPCJ está preparada para, nesses momentos difíceis, dar resposta aos problemas das crianças e jovens do nosso e de outros concelhos, quer na apreciação das situações sinalizadas pelas várias entidades sinalizadores, como sejam pais, familiares, serviços da segurança social, estabelecimentos de ensino e de saúde, autoridades policiais, Ministério Público, etc., quer no atendimento aos pais, às crianças e aos jovens, quer na articulação com serviços e instituições com objectivos de solicitar colaboração e apoio na execução das medidas a aplicar; quer ainda na orientação e coordenação das actividades da comissão alargada e da comissão restrita. Durante o ano de 2010, 179 crianças e jovens, foram acompanhados na CPCJ de Pombal.

Ora a CPCJ ajuda crianças e jovens até aos 21 anos de idade.

Os motivos da intervenção estão relacionados com as problemáticas seguintes: abandono escolar, exercício abusivo da autoridade, exposição a modelos de comportamento desviante, maus-tratos físicos, negligência, uso de estupefacientes, problemas de saúde, etc.

A CPCJ tenta e consegue, na maior parte das vezes, resolver estes problemas, e as actividades que esta comissão se propõe para este ano são as seguintes, que passo a citar:

- *Entrega de cabazes de Natal a famílias carenciadas, o que já aconteceu;*
- *Divulgação da comissão pelas várias escolas do concelho;*
- *Participação no projecto Educação para a Saúde em algumas escolas do concelho;*
- *Organização de ciclos de conferências onde são definidos e debatidos afinal o que são comportamentos de risco;*
- *Comemoração do Dia da Criança em parceria com a APEPI;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Organização e participação em acções da comunidade educativa e organização de actividades recreativas e culturais em colónias de férias e na praia do Osso da Baleia, que por norma acontece em Agosto, em período de férias.*

Quero ainda referir que esta ultima actividade na Praia do Osso da Baleia já se realiza há vários anos, dinamizada pela CPCJ e acontece durante uma semana no mês de Agosto.

A Câmara assegura o transporte, o acompanhamento das crianças e jovens é feito por voluntários, elementos pertencentes à comissão e funcionários da APEPI.

O almoço tem sido oferecido pelo Centro Social do Carriço, pelo que quero deixar também um louvor a esta Instituição, à sua directora Dra. Brigitte, e ao Sr. Leovigildo, Presidente da Junta de Freguesia do Carriço.

Para terminar esta informação, que achei por bem trazer a esta Assembleia Municipal, quero dizer que a CPCJ de Pombal actua de forma discreta mas o seu trabalho é muito positivo e visível para a nossa comunidade.

Podemos estar todos descansados, pois as nossas crianças estão protegidas e têm alguém que olha por elas e que tudo faz na sua defesa.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue.

“Sr. Presidente, eu entrei nesta sala muito triste e depois fiquei com uma segunda tristeza quando ouvi a Dra. Odete Alves falar.

A primeira tristeza, Sr. Presidente, é que vamos ter no próximo dia 5 de Junho eleições Legislativas, já sabemos, temos de votar no Pedro Pimpão, portanto é votar no PSD, não há nada que enganar.

Agora, eu quero saber uma coisa e fica aqui o lamento da tristeza, eu tenho que ir contactar os membros para constituir as mesas para as eleições e não lhes pagamos, o Estado não lhes pagou o que fizeram das eleições em Janeiro, das Presidenciais. Senhor Presidente, não se faz.

O Estado tem que ser uma pessoa de bem. Se efectivamente criou legislação para dar alguma compensação às pessoas, que lhes pague, ponto final. Agora os Presidentes de Junta vão mais os partidos políticos fazer aquelas reuniões, aquelas trapalhadas todas, e depois somos nós que andamos a dar a cara e a ouvir aquilo que as pessoas dizem com muita razão, “eu não vou porque não me pagaram!”, e é de Janeiro para cá, é uma vergonha!

A segunda tristeza, que ouvi pela boca da Dra. Odete, prende-se com uma situação, que eu vou muito calmamente referir, que é de estarmos todos preparados para acudir às necessidades.

Dra. Odete, eu tenho pena que a Senhora não faça parte da classe, porque há dois anos que este seu humilde servo que está aqui a falar agora, alertou as nossas IPS’s e a nossa Câmara para a necessidade de a Câmara desencadear mecanismos, e que passaram na reunião de Câmara, passaram aqui nesta Assembleia, para dar ajuda a quem necessitasse.

Várias foram, penso que foram 50 medidas que a Câmara aprovou e aqui nesta Assembleia para dar ajuda e fez-se um apelo numa reunião da CLAS aí há dois anos, para que as IPS’s, principalmente aquelas que têm Centro de Dia e Lares, criassem uma sinergia de forma a que fornecessem refeições a preços políticos propostos por um € 1,00, a quem delas necessitasse.

Portanto, Dra. Odete Alves, eu reconheço que o nosso Primeiro-Ministro tem muita razão quando diz “Demos um passo em frente!”, só que o passo em frente é mesmo para o abismo. E portanto, reconheço essa valência do nosso primeiro-ministro. Eu não estou disponível para dar esse passo em frente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora essas questões que a Dra. Odete aqui trouxe, hoje, é que me entristecem muito, estão equacionadas, estão no terreno e portanto, não consigo perceber muito bem como é que tenta trazer um assunto, que é da exclusiva responsabilidade do Poder Central, para a Autarquia. É extemporâneo, não se faz, é, no mínimo, não respeitar aquilo que as IPS's têm andado a fazer e aquilo que a própria Câmara e esta A.M. já determinaram.”

Carlos Domingues, cuja intervenção se transcreve:

“Há cerca de um ano, a zona Oeste de Pombal, passou a contar com uma unidade de cuidados de saúde personalizados no âmbito da reforma dos cuidados de saúde primários, integrando as extensões de saúde da Guia, Mata Mourisca, Ilha, Carriço e Fontinha, envolvendo cerca de 11.000 utentes, tendo o pólo principal localizado na Guia e 4 pólos secundários constituídos pelas restantes extensões.

Foi dado a conhecer aos autarcas das freguesias envolvidas, as vantagens para os utentes, ao conseguir uma maior acessibilidade, uma melhor organização dos cuidados, uma maior qualidade no atendimento.

Todos entendemos ser importante para a zona Oeste o que nos estava a ser proposto.

No início do corrente ano, com a reforma da nossa médica de família, e com a dificuldade de colocar outro médico, os utentes da Ilha passaram a ser mal servidos, tendo havido já algumas manifestações de desagrado face à situação. Existe algum desalento e preocupação com o futuro. Atendendo à situação, a Junta de Freguesia da Ilha fez um pedido de esclarecimento à Directora do ACES de Pombal que passo a ler: «Assunto: Encerramento da Estação de Saúde da Ilha.

Na sequência do deferimento da aposentação da Dra. Maria David, médica que garantia o atendimento na extensão de saúde, passou a população da Ilha a ser debilmente servida.

Neste sentido, e tendo em atenção as condições de serviço que deveriam estar asseguradas, a Junta de Freguesia da Ilha formaliza por este meio um pedido de esclarecimento onde sejam apresentadas todas as informações disponíveis sobre as condições, horário e meios humanos dedicados a esta extensão.

A Junta de Freguesia da Ilha pretende conhecer quais os médicos de serviço, técnicos administrativos, horário, meios e soluções que garantirão à população da Freguesia igualdade de tratamento de que todas as freguesias do Concelho de Pombal, actualmente, usufruem.

Mais se apela que a ACES de Pombal torne público o conjunto de soluções propostas esclarecendo a população que actualmente desconhece o modo de funcionamento da extensão de saúde da Ilha.»

Em resposta, a Sra. Directora disse:

“Quando os profissionais da unidade de Cuidados de Saúde de Pombal Oeste, que engloba as unidades de saúde da Ilha, Guia, Fontinha, Mata Mourisca e Carriço, se uniram como equipa, assumiram o compromisso assistencial de prestar cuidados personalizados à população garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade destes cuidados, sempre com a melhor competência técnica e rigor científico.

Para cumprir esses objectivos, houve necessidade de proceder a adaptações no funcionamento dos vários pólos da Unidade de Cuidados de Saúde personalizados. Assim, o pólo principal da Guia passou a funcionar continuamente das 8H00 às 20H00.

No caso da ausência do seu médico de família, é neste pólo que o utente deve procurar a resposta para a sua situação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

No pólo da Guia funcionam dois períodos de consulta. Das 14H00 às 15H00 e das 18H00 às 19H45, para atendimento das situações agudas, que são situações que não podem aguardar pela consulta programada do seu médico de família e que devem ser atendidas no próprio dia.

Com a criação desta consulta, para situações agudas, pretende-se que os utentes tenham acesso a cuidados de saúde inadiáveis sem que sejam obrigados a deslocar-se à Urgência Hospitalar.

Com a reforma a 1 de Fevereiro da médica que prestava o serviço no pólo da Ilha, e até que se proceda à sua substituição, a prestação de cuidados nesta unidade passou a efectuar-se da seguinte forma:

A Unidade de Saúde da Ilha mantém-se aberta todos os dias com o atendimento administrativo para marcação e encaminhamento dos utentes e com a presença da enfermeira para cuidados de enfermagem, como fazer pensos, administrar injectáveis, realizar tratamentos, domicílios, entre outros cuidados.

Qualquer doente que precise de cuidados médicos em situação aguda, será atendido no pólo da Guia, a 5 km do pólo da Ilha, durante o período de consulta criada para o efeito e que funciona diariamente como anteriormente se refere, em dois períodos distintos do dia.

Para a marcação de consultas médicas, os utentes podem fazê-lo presencialmente nos pólos da Ilha ou da Guia, ou por telefone, ou por e-mail, e também através da Internet e agenda. O tempo de espera da consulta não ultrapassa os 5 dias úteis.

As consultas programadas, incluindo as vigilâncias dos hipertensos e diabéticos são asseguradas pela equipa médica e de enfermagem do pólo da Guia, o mesmo acontece para as consultas de saúde infantil, de saúde materna e planeamento familiar.

Nas situações em que os utentes não podem deslocar-se, são garantidos domicílios médicos de enfermagem bastando para tanto, que o próprio, ou um familiar, o solicite. O pedido de renovação de medicação prolongada pode ser efectuado presencialmente nos pólos da Ilha ou Guia, ou via e-mail, identificando-se adequadamente e assinalando os medicamentos que necessita. Aos doentes com maior dificuldade de deslocação ou sem apoio de família, o receituário é entregue em casa.

Pretende-se assim, manter o mesmo nível assistencial de qualidade que existe actualmente, apesar do esforço que tal exigirá e cada um dos profissionais que acreditam ser esta a melhor forma de substituição, uma vez que garante cuidados diários a uma população, impedindo a negligencia de cuidados e vigilâncias a que, por vezes, a escassez de recursos assim o obriga.

Esta proposta servirá como solução temporária até que a médica em falta seja substituída.

Nesta perspectiva, julgamos poder satisfazer a população com um novo modelo organizacional que melhor se adapte aos estilos de vidas actuais.»

Terminei a resposta da Sra. Directora e agora, eu sei que a Administração Regional de Saúde aprovou a constituição da Unidade de Saúde Familiar da Guia e fê-lo sem dar conhecimento à Junta de Freguesia.

A saúde é um assunto muito importante e eu gostava de ver clara a posição do Partido Socialista em relação à unidade de saúde familiar da Guia, visto ter notado que os dirigentes locais têm uma posição contrária à dos dirigentes do Concelho, criando algum mau estar e um aproveitamento político da situação.

Quero também aproveitar esta oportunidade, nesta Assembleia, para dizer que a situação criada não estava prevista nos nossos objectivos quando fomos candidatos à Junta de Freguesia e que não vão contar com a pessoa do Sr. Presidente da Junta para encerrar o Centro de Saúde da Ilha.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Leovigildo Fernandes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Eu vou começar por, em função da resposta que foi enviada àquele meu colega Carlos, dizer o seguinte:

Reafirmo aqui aquilo que reafirmei nas duas reuniões realizadas na Extensão de Saúde da Guia, quando confrontados com este projecto.

É uma vergonha, aquilo que o Ministério da Saúde está a fazer, a nível do nosso Concelho, e eu vou falar apenas do nosso Concelho e da Freguesia do Carriço, relativamente às posições que tem estado a assumir.

Aquilo que eu disse lá, digo aqui novamente. Foi uma forma encapotada de tentar fechar as extensões de saúde nomeadamente na freguesia do Carriço. Fui mal olhado nesta reunião quando proferi a minha indignação relativamente ao encerramento das extensões de saúde da freguesia do Carriço, numa das reuniões onde estive o Vereador, Dr. Diogo Mateus, que também proferiu o mesmo entendimento de não haver necessidade de fechar extensões de saúde.

Quando um Governo diz que está preocupado com o sistema de saúde do país, quando um governo diz que quer criar uma modalidade que vá ao encontro das necessidades dos portugueses e, na prática, nada disso é feito, eu pergunto, se a povoação do lugar de Alhais fica mais bem servida de ter que se deslocar cerca de 15 km para um atendimento médico quando, neste momento, tem um atendimento a cerca de 3 km de casa? Há pessoas idosas, pessoas que não têm meio de transporte e têm de pagar a um táxi para se poder deslocar à unidade de saúde da Guia.

Quando este Estado de Direito e Democrático, que nada tem de democrático, retira, ou tem intenções de retirar o subsídio de férias, 13.º mês das pensões dos reformados, quando é retirado o abono de família, quando é reduzido, ou há intenção de reduzir os ordenados mínimos nacionais, eu pergunto: Onde está a democracia deste governo? Onde está o princípio ético de dar condições a todos os portugueses de forma igual? Apelo aqui ao Executivo Municipal que não se deixe enrolar nesta estratégia, baixa, pela qual o Ministério da Saúde, neste momento, está a trabalhar.

Eu não vou permitir, enquanto for Presidente de Junta, que os cidadãos da freguesia do Carriço sejam negligenciados em detrimento de apoiar outros cidadãos de outras freguesias. Todos têm direito ao mesmo tipo de tratamento.

Se querem cortar, se o Governo, se o Ministério da Saúde, entende que deve cortar, comece por cortar nos apoios que os membros do Governo todos têm. Cortem nos transportes e no excesso de carros e excesso de combustíveis que o Governo cria, cortem no número de deputados da Assembleia da República, é por aí que se deve começar, cortem nos apoios às Fundações que nada trazem de bom ao nosso país. Comecem por aí! O Governo que está, neste momento, em término de funções foi o principal responsável pela situação de desgraça a que a população portuguesa chegou. Esta é a verdade!

Nunca vi tanto corte social senão nestes últimos dois anos. Isto é uma vergonha, o país não pode continuar quando aqueles que mais necessitam são os mais penalizados com os aumentos de impostos, com as deduções a nível dos apoios sociais.

A Freguesia do Carriço, o Concelho de Pombal e as outras Freguesias, sempre se pautaram em apoiar socialmente os cidadãos mas também não podem continuar com o número de apoios que, até esta data, têm sido prestados, porque o próprio Estado também é responsável pelos cortes que têm sido feitos às autarquias locais. Nós sem verbas não podemos trabalhar. O Estado tem



MUNICÍPIO DE POMBAL

que assumir a sua responsabilidade. Não pode delegar nem responsabilizar as Autarquias Locais pela negligência que tem tido para com o apoio social aos portugueses.

Não são as autarquias que são responsabilizadas pelo estado em que chegou este País.

Como é que um governo demissionário nomeia uma dezena ou duas dezenas de novos dirigentes de empresas públicas? Como é que isto é possível? Estamos a falar de vencimentos na ordem dos € 500.000,00 por mês. Como é que é isto possível? É ou não é um compadrio político? Onde é que nós vamos chegar desta forma?

A minha indignação é justificada por este tipo de actuações.

Disse aqui que os quatro Presidentes de Junta, assumiram este tipo de projecto.

O Presidente da Junta de Freguesia do Carriço não o assumiu. Foi mal olhado, como disse há pouco, mas não assumiu este tipo de projecto e nem o assume e com certeza que o próprio Presidente de Junta, independentemente de poder perder o mandato, será o primeiro a encabeçar uma rebelião a nível da freguesia do Carriço contra este tipo de atitude.”

Pedro Murtinho, cuja intervenção se transcreve:

Eu quero só, e apenas, de forma telegráfica, abordar três temáticas:

Juventude - Começar por, e sendo eu um jovem deste concelho, não posso deixar de dar os parabéns a esta Câmara na pessoa do Sr. Vereador, Dr. Pedro Pimpão pela semana que proporcionou aos jovens do concelho. Excelente organização, e portanto, uma iniciativa a repetir no próximo ano.

Na área da saúde - Quero aqui também felicitar a nossa Câmara por duas obras, uma que está em curso, a extensão de saúde de Almagreira, e o Centro de Saúde de Pombal que está para breve.

A prestação de serviços de cuidados primários de saúde devem de ser realmente uma prioridade, pena é que não seja para o Estado que nos governa, mas é-o, realmente, para a nossa Autarquia e aí, tenho de dar os parabéns ao nosso Presidente, Eng.º Narciso Mota.

Finalmente arrancaram as obras em Almagreira, portanto quero aqui felicitar o Sr. Presidente e dizer que a população de Almagreira agradece.

Quero congratular-me também pelo Contrato-Programa assinado entre o Município de Pombal e a ARS Centro, que tem por objecto a cooperação técnica e financeira para a ampliação do Centro de Saúde, na construção de um estacionamento subterrâneo, e um arranjo ao actual Centro de Saúde, por forma a enquadrá-lo na nova construção.

Está aqui, e não posso também deixar de o dizer, que haverá uma comparticipação, na ordem dos €390.000,00 por parte da ARS. É sempre bom saber e que o dono da obra e do edifício também, será sempre a Câmara, mas que, em regime de direito de superfície a entregará, durante 50 anos, à ARS Centro.

Lembro só, aqui, aos colegas Dr. Fernando Carolino e o Dr. João Coelho, que realmente para se dançar o tango tem que haver um par, mas que foi a Câmara que andou, durante todo este tempo, à espera de ter par, e não o contrário.

Portanto, e foi o Município que se chegou à frente, eu louvo o esforço desta Câmara pela irreverência e persistência, neste caso dos dois processos que acabei de mencionar e permitir que eles sejam uma realidade que a população do Concelho de Pombal, muito agradece.

Rede viária - Como é sabido, a rede viária da Freguesia de Almagreira, está caótica. Já aqui fiz referência, na última sessão, ao estado crítico em que se encontra, é uma preocupação da população, e esta está revoltada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não posso deixar de o voltar a fazer, até porque as condições não melhoraram, pelo contrário, pioraram, a situação é tão feia e preocupante, atrevo-me a dizer que realmente é vergonhosa, não esquecendo que são várias as reclamações que vão chegando à Junta de Freguesia de Almagreira e até mesmo, aqui, à Câmara.

É uma rede viária que está obsoleta, com mais de trinta anos, e para complicar mais a situação, as obras de saneamento trouxeram ainda mais dores de cabeça à população.

Obviamente, que o saneamento é bem-vindo, não a qualquer preço, e deixo aqui uma crítica muito dura ao empreiteiro, que está completamente de costas voltadas para a população, já se passaram meses e as valas continuam por levar asfalto, as poucas que levaram asfalto, estão caóticas, abatimentos atrás de abatimentos, é óbvio que o empreiteiro se desculpa com o desnivelamento, mas isso não é desculpa, se calhar o trabalho não está a ser executado como mandam as regras.

Se calhar a Câmara também tem aqui um papel importante, em termos de fiscalização, e eu pergunto, Sr. Presidente, se a fiscalização por parte da Câmara, que é o dono da obra está a ser bem feita?

Peço a intervenção do Sr. Presidente, para que este problema se possa resolver com a máxima urgência possível, que a população agradece.”

Odete Alves, que fez a intervenção abaixo:

“Eu só posso compreender a tristeza do Eng.º Rodrigues Marques, não por aquilo que disse, pelas minhas palavras, mas certamente pela conclusão, depois no final, da sua intervenção.

A obrigação da implementação de políticas sociais aos municípios não fui eu que inventei nesta Assembleia Municipal, decorre da própria Lei e, portanto, o Senhor está mal informado ou então está distraído.

Posso ainda adiantar-lhe que as questões que eu coloquei foram todas relativas às políticas de âmbito local, sociais, e não de âmbito nacional, porque, como é evidente, em relação a essas, não poderá certamente a Câmara responder.

Digo-lhe ainda que também anda distraído, porque, se atentar nas notícias que vão saindo na comunicação social, vai perceber que os vários Municípios se encontram a implementar uma série de políticas sociais acrescidas, tendo em conta, exactamente, a situação de crise e a situação de desfavorecimento a que as famílias estão votadas neste momento, e, portanto, tem sido feito, pelos Municípios, ou pelos menos é uma preocupação constante, o apoio às famílias. Se assim não fosse, a Câmara não tinha um Gabinete de Acção Social, a Câmara não tinha revisto o diagnóstico social, a Câmara não tinha mandado elaborar o plano de desenvolvimento social para o Concelho, que foi feito pelo IPL.

Digo-lhe, ainda, que eu é que registo, com muita tristeza, que de facto, pense que os Municípios se devem demitir das suas funções sociais e que isso compete exclusivamente ao Poder Central, mas congratulo-me, de facto, por a Câmara não comungar da sua opinião a esse respeito, e ajudar quem recorre aos apoios existentes.”

Manuel António, que usou da palavra nos seguintes termos:

“Eu vinha com a intenção de fazer uma intervenção sobre um assunto, mas farei só uma pequena observação a algumas intervenções que foram feitas antes por uns colegas Presidentes de Junta e que era importante nós, que ocupamos estes lugares, termos todos alguma calma.

Em tempo em que os recursos são escassos, por vezes, na ânsia de defendermos sempre muito bem as nossas populações, corremos o risco de não defender coisa nenhuma, e quando nós somos apologistas de constituir pólos escolares e, com isso, eventualmente, penalizando lugares



MUNICÍPIO DE POMBAL

ainda mais pequeninos, estamos a fazer opções, e eu estou convicto, até porque sou utente, e conheço a realidade também do Oeste, que, se é verdade, por um lado, que as distâncias têm um peso, também não deixa de ser verdade que é da maior importância para a cobertura de rede de saúde do Concelho de Pombal a Oeste, que haja uma resposta que não é aquela que existe até à data.

A Unidade de Saúde Familiar não foi a Junta de Freguesia da Guia que a promoveu, ela não se vai localizar na Guia por acaso, tem a ver com uma localização geográfica, que acho que todos nós, que estamos nesta sala, compreendemos como estratégica.

No passado, quer a Guia, quer a Mata Mourisca, quer a Ilha, partilhavam o mesmo Centro de Saúde que era em frente do largo do Rossio, ali ao pé da Farmácia.

Infelizmente não há médicos, essa realidade obrigou, por exemplo, e não vi aqui ninguém na altura a discuti-la, que o SAP da Guia, que servia toda aquela população, tivesse sido desactivado, ele não foi fechado, foi desactivado porque os médicos tinham que vir fazer serviço aqui para o SAP do Hospital de Pombal.

O que é importante, pelo menos era isso que era dito pela Directora de então, era a ausência de recursos - e aí os meus colegas têm também a solidariedade da Freguesia da Guia para exigir aquilo que foi dito nessas reuniões - as extensões de saúde não iam ser fechadas, nenhuma delas.

Agora, a Unidade de Saúde Familiar é da maior importância porque quando elas estão a funcionar são muito bem sucedidas, porque são geridas de forma autónoma, neste momento, não há filas de espera, e é uma questão de estudarem o sistema e, a prova é que não sendo ainda uma unidade de saúde familiar a funcionar, está a funcionar uma UCP e que ela tem dado provas de capacidade de resposta à população e isso é extremamente importante.

Da mesma forma que, quando o Centro de Saúde de Pombal estiver feito, vai melhorar a capacidade de resposta aos lugares limítrofes, vai ser dado aqui em Pombal e não, se calhar nas freguesias vizinhas, pela melhoria dessa cobertura.

Mas não era essa, Sr. Presidente, a razão pela qual lhe tinha pedido a palavra, e vou referir aquilo que me interessava pedir aqui.

A semana passada, nomeadamente na quinta-feira, aconteceu uma tromba de água na freguesia da Guia, na zona Oeste, penso que também nas freguesias vizinhas, no Carriço, inclusive, e que trouxe ao de cima um problema, é que os nossos municípios, indevidamente, têm as redes pluviais das suas habitações ligadas à rede de saneamento.

Senhor Presidente, está a chegar o Verão, e eu não sei se é legal ou não, mas era da máxima importância fiscalizar-se habitação a habitação, se essas habitações têm ou não têm os pluviais ligados à rede de saneamento, porque eu tive a infelicidade de ser chamado várias vezes, embora não seja bombeiro, apenas Presidente de Junta, mas as pessoas apelam à nossa presença, e os bombeiros tiveram que assistir algumas casas e algumas situações complicadas e as mais complicadas não é da água da chuva entrar pela porta a dentro, é mesmo do saneamento sair para dentro de casa e quando há retorno é dramático, é da maior tristeza, porque se temos águas pluviais indevidamente ligadas à rede de saneamento, “tramamos” os outros, desculpem o termo.

O que eu peço é que, de forma a sensibilizar os proprietários de cada uma das suas habitações, haja um campanha simpática para dar tempo às pessoas para corrigirem as situações, alertando-as para os impactos que essa situação tem nalgumas habitações, de forma a que, nas



MUNICÍPIO DE POMBAL

freguesias que têm já a sua rede de saneamento, fossem ligadas as águas pluviais à rede exterior de águas pluviais e nunca à rede de saneamento.”

Guilherme Domingues, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção vem na sequência da intervenção aqui feita também pelo Sr. Deputado Vítor Gomes, que veio repisar e parte um assunto já debatido, aqui, em Assembleias Municipais anteriores, e veio falar também duma outra questão que, seguramente, o preocupa e, de algum modo, eu compreendo que esta minha intervenção, acerca dos limites administrativos das freguesias, o tenha deixado desgostoso ou de alguma forma insatisfeito.

Compreendo isso como compreendo que outras pessoas se tenham sentido melindradas com essa minha intervenção e que tenham achado que era bom que muitas coisas continuassem a ser feitas pela “calada da noite” e de forma clandestina, continuando todos aqui a dizer que “sim senhor” que está tudo muito bem, mas, de facto, os mapas do Concelho e das Freguesias não estão.

Portanto, eu compreendo que haja quem tenha ficado muito aborrecido com essa intervenção e com a suscitação desse problema.

Compreendo também, e subscrevo na íntegra as considerações que fez acerca dos caminhos, nomeadamente, na minha Freguesia. Não tenho que justificar a ele nem aos demais deputados municipais quais são as diligências que, enquanto Presidente de Junta, tenho feito ao longo dos anos para a requalificação da rede viária da minha Freguesia e, nomeadamente, destes caminhos.

Quem se recorda, sabe que durante estes anos foi feita a requalificação de todos os eixos principais rodoviários da Freguesia de Santiago de Litém e que falta, efectivamente, requalificar três troços, que são, precisamente, a zona de Sourão que liga aos Andrés até ao Outeiro Alto; a Zona das Moutinhas; e a zona que vai do Outeiro da Cruz pela Barrigueira até chegar a Santiago de Litém.

Todas as diligências que tenho feito são do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara que aludiu, aqui, precisamente, aos trabalhos que estão em curso em termos de rede de saneamento básico.

No entanto, assim como o Sr. Deputado Municipal Vítor Gomes não compreende porque é que aquela estrada está assim, eu também sei que muitos munícipes e muitos habitantes da minha freguesia não compreendem e não aceitam que aquelas estradas continuem no estado em que estão.

Efectivamente, não é por termos requalificado grande parte dos eixos rodoviários da freguesia, que eles vão ficar por qualificar e, por isso, agradeço o alerta ou a chamada de atenção do Deputado Vítor Gomes, porque, efectivamente, é mais uma achega relativamente àquele conjunto de achegas e de reclamações que tenho feito ao longo destes tempos.

De facto, há troços daquelas estradas que, ainda que estejamos à espera do saneamento básico, que se prevê nalguns troços que seja breve, há troços daquela estrada que precisam de manutenção e não são, de facto, admissíveis.

Eu referi aqui, em Assembleias Municipais anteriores, o episódio do empreiteiro que foi “tapar buracos” com saibro misturado com cimento, e esse troço ainda está por reparar; portanto agradecia, de facto, que esta situação fosse também verificada pelos serviços.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Preocupei-me em falar da floresta, não foi da árvore. Não quero, nem nunca me passaria pela cabeça discriminar tudo aquilo que o Partido Socialista fez de bem ou de mal.

Eu estou a falar do resultado final. A mim interessa-me o resultado final, e o resultado final foi do que eu falei, por muito que as pessoas possam estar em desacordo, mas desafio-a a encontrar um economista deste País, mesmo do seu Partido que, neste momento, defenda o que quer que seja, daquilo que nos aconteceu, com PEC 4 ou sem PEC 4.

Pergunte ao Senhor Ministro das Finanças porque é que ele não está nas listas do Partido Socialista.”

Rodrigues Marques, que referiu o seguinte:

“Sr. Presidente, pedi a palavra para defesa da honra.

A Sra. Dra. Odete Alves, por duas vezes, disse que eu estava distraído.

Sra. Dra. Odete Alves, distraído, para mim, é sinónimo de estúpido e é coisa que eu não sou!”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Começo por informar e por tranquilizar aqui o Sr. Deputado Fernando Silva que, de facto, as obras de regeneração estão em curso.

Nós temos três outdoors sobre as obras da Ponte D. Maria e para qualquer obra que surja - brevemente vai surgir a da Óptica Lourenço, porque a estrada da Albergaria dos Doze vai ser redimensionada, com mais dois metros e tal de largura, com a contrapartida da Câmara suportar o custo da casa que se vai lá construir e que vai permitir um melhor acesso também na Travessa do Cais para utilização do parque subterrâneo da Praça Marques de Pombal - vai ser feito um plano de informação.

É evidente que as obras vão causar transtorno, mas nós devemo-nos regozijar porque, depois de fazermos tantas candidaturas, sermos agora contemplados para qualificar a nossa Zona Histórica, em termos de participação financeira.

Penso que nos devemos sentir particularmente satisfeitos e orgulhosos por tudo aquilo que se vai fazer na cidade, com projectos de especialistas, como foi o do Castelo e que muitos mentores, que não são da área de arquitectura, têm vindo a criticar.

Não se pode agradar a gregos e a troianos e é evidente que também as obras vão ter os profetas da desgraça, mas o tempo, como eu costumo dizer, dá sempre razão a quem a tem.

Portanto, nós vamos ter a preocupação de informar as pessoas e os comerciantes da nossa cidade.

Em relação ao Sr. Dr. Fernando Carolino, eu quero-lhe dizer que o Parque Infantil vai ser repostado em funcionamento, temos que ter ali um vigilante durante o dia, em permanência, infelizmente temos pessoas na Câmara que se lesionaram, estão impossibilitadas de trabalhar, vamos ver se a gente aproveita essas pessoas que estão ainda com 40 anos e que deveriam ir para casa com uma reforma por invalidez, mas que continuam cá porque o Estado que a gente tem, de direito e democrático, não os trata com o humanismo e com a exigência que uma democracia com 37 anos recomenda, exige e determina, temos que os ter aqui, sem profissão nenhuma, mas vamos ver se eles conseguem fazer vigilância, porque estão doentes e têm dificuldades de se movimentar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à Pista de Atletismo, quero dizer que ela está praticamente construída, em Junho vamos ter ali o Campeonato Nacional de Atletismo para Iniciados, em que vão participar de 600 a 700 atletas, o que é muito bom.

Em relação ao Parque Verde, devo dizer que já está em curso a construção de um pequeno Parque Verde, com mais de 20.000 m², junto do Açude.

É um ponto de partida, esse já está em obra e nós temos também um projecto na fase final para um terreno que tem mais de 30.000 m², na Charneca, onde está a fonte, para fazermos lá um circuito pedonal e melhorarmos aquela zona verde, para as pessoas da Charneca poderem usufruir dele, e que vai ser feito muito brevemente.

Em relação ao Pinhal da Rola, estamos a inventariar todos os micro proprietários de lá, está a ser limpo, vamos fazer um levantamento topográfico de todo o terreno e vamos começar a negociar aqueles terrenos e, se não os conseguirmos negociar, avançamos para a expropriação, porque aquilo é zona verde, e tem que se proteger.

Os terrenos estavam abandonados, já estão limpos até à urbanização S. Cristóvão, a Câmara tem assumido a limpeza e vai também seguir um ordenamento de todo aquele espaço para poder ser usufruído como Parque Verde da nossa cidade.

Também temos em curso o projecto da bacia de contenção nos Caseirinhos que também pode ser um Parque Verde junto à Serra de Sicó, a caminhar para a zona do Vale, isso também vai ser qualificado, mas isso leva muito mais tempo.

Também estamos a avançar com o Parque de Campismo na Mata do Urso, um parque ecológico, a praia do Osso da Baleia também vai ser melhorada e qualificada em termos de estacionamento, penso que vamos fazendo alguma coisa.

Também estamos a recuperar três pedreiras nas freguesias de Abiul, Santiago de Litém e Carriço, que também vão ser um espaço de Zonas Verdes de excelência e que têm estado abandonadas.

Penso que, em relação a zonas verdes, estamos a fazer aquilo que é possível fazer, com a preocupação de adquirirmos, construirmos e pagarmos.

Em termos do desnivelamento, já falei directamente com o empreiteiro, a fiscalização é da Câmara, mas estamos a pôr agora, nos cadernos de encargos que, para compactação das valas de saneamento se utilize “tout venant” ou “saibro” para evitar que, efectivamente todas as obras de saneamento que a gente tem vindo a fazer, e que são muitas, não tenham, depois, um custo acrescido na sua manutenção, em termos de repavimentação.

Dr. Manuel António e Dr. Guilherme, é evidente que têm que ser feitas essas obras, muitos quilómetros de estrada se fizeram, mas nós estamos atentos e vamos fazendo aquilo que é possível fazer-se, no Concelho.

Devo dizer-vos para tranquilidade vossa que isto não é só, e vamos aumentar o endividamento da nossa Câmara nos próximos dois anos, mas com objectividade e com segurança, não pondo em causa os executivos que vierem a seguir a este que está a dois anos de terminar funções. “

*Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter em sua posse um pedido de alteração à ordem de trabalhos, no que se refere ao Período da Ordem do Dia, que, após votada, foi aprovada por unanimidade, ficando a constar da mesma, os seguintes pontos:*

Ponto 2.1. – Leitura, discussão e informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Rede de Saneamento do Carriço (Rede de Drenagem dos Lugares de Carriço e Matos do Carriço) – Proc.º n.º 73/2008;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- Ponto 2.3. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Parque de Estacionamento do Largo São Sebastião – Proc.º n.º 40/2010;
- Ponto 2.4. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre CIMU-SICÓ – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó – Proc.º n.º 46/2010;
- Ponto 2.5. - Apreciação do parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei n.º 2 /2007, de 15 de Janeiro;
- Ponto 2.6. – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2010;
- Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais Consolidadas;
- Ponto 2.8 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Centro Escolar da Ilha – Proc.º n.º 49/2010;
- Ponto 2.9. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de Combustível a Granel (Gasóleo Rodoviário e Gasolina 95 Octanas) para o Município de Pombal, ao abrigo do acordo quadro n.º 2 Combustível Rodoviários da ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) – Proc.º n.º 011/AJD/SA/11, no montante global de € 500.000,00;
- Ponto 2.10. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação dos Limites Administrativos Externos.

De seguida informou que o ponto para apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o regulamento de atribuição das medalhas municipais, seria retirado da Ordem de Trabalhos, por ter sido entregue na reunião de Câmara para estudo e aguardar discussão daquele órgão.

Colocada a nova ordem do dia a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

PONTO 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção da Rede de Saneamento do Carriço (Rede de Drenagem dos Lugares de Carriço e Matos do Carriço) – Proc.º n.º 73/2008.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 23.0 – Construção da Rede de Saneamento do Carriço (Rede de Drenagem dos lugares de Carriço e Matos do Carriço) – Proc.º n.º 73/2008.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à reunião a informação n.º 1052/DMO/11, do Departamento Municipal de Obras, que a seguir se transcreve:

“1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe e como é do conhecimento de V. Exa. há uma intenção de adjudicação que recai sobre uma proposta no valor de € 950.718,11, mais IVA e com o prazo de execução de 360 dias (12 meses).

2. Nestes termos e tendo em consideração o plano de pagamentos apresentado na proposta, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- Ano 2011 (6 meses) € 370.206,10, IVA incluído;
- Ano 2012 (5 meses) € 637.555,09, IVA incluído.

3. Verifica-se que, o encargo para o ano 2012 é superior ao constante no Plano Plurianual de Investimentos, para o mesmo ano, no montante de € 537.555,09.

4. Considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, deve, nos termos do n.º 3 do citado artigo e diploma, ser obtida a autorização da Assembleia Municipal para a efectivação da despesa.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 3, ambos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução. “

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Construção do Parque de Estacionamento do Largo São Sebastião – Proc.º n.º 40/2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 7.0 - Construção do Parque de Estacionamento do Largo São Sebastião - Processo n.º 40/2010.

Foi presente à reunião a informação n.º 1006/SOVM/11, da Secção de Obras e Vias Municipais, que a seguir se transcreve:

“1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião celebrada em 11 de Março findo, ao consórcio Constrope Construções, S.A. / Gigabeira, Lda., pelo valor de 1.706.287,79 euros, mais IVA e com o prazo de execução de 360 dias (12 meses).

2. Nestes termos, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- Ano 2011 (7 meses) € 484.722,23, IVA incluído;
- Ano 2012 (5 meses) € 1.323.942,83, IVA incluído.



MUNICÍPIO DE POMBAL

3. *Verifica-se que, o encargo para o ano 2012 é superior ao constante no PPI, para o mesmo ano, no montante de € 573.942,83.*

4. *Considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 12º do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, deve, nos termos do n.º 3 do citado artigo e diploma, ser obtida a autorização da Assembleia Municipal para a efectivação da despesa.”*

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 3, ambos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução. “

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre CIMU-SICÓ – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó – Proc.º n.º 46/2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 5.0 - CIMU-SICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó - Proc.º n.º 46/2010.

Foi presente à reunião a informação n.º 1058/DMO/11, do Departamento Municipal de Obras, que a seguir se transcreve:

“1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe e como é do conhecimento de V. Exa. foi a mesma adjudicada pela Câmara Municipal, por deliberação de 18 de Janeiro de 2011, à firma Ladário – Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de € 2.182.711,53, mais IVA e com o prazo de execução de 360 dias (12 meses).

2. Nestes termos e tendo em consideração o plano de pagamentos apresentado, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- Ano 2011 (7 meses) € 1.341.931,05, IVA incluído;*
- Ano 2012 (5 meses) € 971.743,17, IVA incluído.*

3. Verifica-se que, o encargo para o ano 2012 é superior ao constante no Plano Plurianual de Investimentos, para o mesmo ano, no montante de € 371.743,17.

4. Considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, deve, nos termos do n.º 6 do citado artigo e diploma, ser obtida a autorização da Assembleia Municipal para a efectivação da despesa.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal para efectivação da despesa, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com uma abstenção, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 - Apreciação do parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do Art.º 48.º da Lei n.º 2 /2007, de 15 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito:

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“Da leitura do documento, quero lamentar que, já lá vão seis anos da minha presença nesta Assembleia Municipal, e continuamos com uma referência, por parte dos revisores oficiais de contas, em relação à falta de inventariação capaz do património da Câmara.

Este assunto já foi suficientemente debatido nesta Assembleia, quer neste mandato, quer no anterior, no sentido de ser um investimento importante a fazer por parte dos Serviços e que não tem vindo a ser feito, pelo menos, a um ponto que o Oficial de Contas entenda por suficiente para dar por positivo o seu parecer.

Ainda assim, e não querendo entrar em contraponto pelo facto de ter recorrido às palavras do Revisor Oficial de Contas, é com estranheza que vejo um documento, por parte da mesma sociedade que, há um ano trouxe aqui um documento que garantia que os saldos contabilísticos correspondiam aos saldos das contas do Município de Pombal.

Ainda hoje temo pela responsabilidade que pode ser assacada a este Órgão. Nós, com confiança absoluta naquilo que o Revisor Oficial de Contas e também os Serviços da Câmara diziam, entendíamos por verdadeira essa informação e viemos a constatar que não era assim, sabemos, hoje, que à data de 31 de Janeiro de 2010 faltavam 50.000 euros, em relação ao saldo contabilístico, numa das contas da Câmara Municipal de Pombal.

Foi garantido, por esta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que esse não era o caso, o saldo das contas do Município correspondia àquilo que tinha sido contabilizado.

Eram 50.000 euros em Janeiro, somaram-se depois 500.000 euros durante o ano de 2010.

Por um acaso, soubemos mais tarde, da realidade escondida.

Lamento, profundamente, que o Senhor Presidente da Câmara faça discursos, permanentemente, sobre a responsabilidade política em Portugal, sobre a responsabilidade do Terreiro do Paço, sobre o destino do nosso País, sobre a má gestão das contas públicas, e depois, quando tem a oportunidade de dar o exemplo, e suponho que a Câmara não tem nenhuma dívida com esta sociedade, nem ética, nem moral, nem profissional, nem comercial, permanece a referida Sociedade a prestar serviços à Câmara Municipal, depois de ter sido enganada por eles e de ter sido prestado um tão mau serviço aos pombalenses.”

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu da seguinte forma:

“Senhor Deputado Dr. João Coelho, em relação à inventariação do património, está adjudicado, o trabalho está feito, dentro de dois ou três meses já a temos.

Quero dizer-lhe que esses Revisores Oficiais de Contas ganharam a prestação deste serviço, por concurso, são dois professores do politécnico e muito respeitados.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ganharam o concurso para a revisão oficial das contas do CEFA, em Coimbra, e nós não podemos incriminar e responsabilizar pessoas sérias sem justa causa. Quando se tornar necessário abrir outro concurso, isso será feito, mas não vou pôr à margem quem, efectivamente, procura cumprir, com profissionalismo, com competência.

Em relação ao que já foi dito e escrito sobre o desvio do dinheiro, o tempo dá sempre razão a quem a tem, na segunda-feira vai haver o resultado do julgamento, já se escreveram muitos ofícios ao Banco, no sentido da Autarquia ser ressarcida, de acordo com a Lei em vigor, mas não vamos crucificar em praça pública pessoas que se pautam por princípios de ética e de honestidade que não se podem por em causa de ânimo leve.

Portanto, Senhor Deputado João Coelho, tenha contenção, seja respeitador politicamente, mas, acima de tudo, utilize a sabedoria, porque eu até aprendo com os jovens, mas fico desiludido com os seus pontos de vista, não só nos seus escritos, mas também como Deputado Municipal.

O futuro é dos jovens mas tem que ser de jovens com ética, com criatividade, com conhecimento e com tolerância democrática que o Senhor, muitas vezes, não tem.

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente da Câmara, eu lamento dizer-lhe, mas as questões que o Senhor agora colocou aqui, as palavras aqui transmitidas, ou é demagogia ou o Senhor não está a entender o que está a dizer, peço-lhe imensa desculpa.

Repare, Ética. Este Revisor Oficial de Contas enganou esta Assembleia Municipal, apresentou aqui um Relatório que não era coincidente com aquilo que ele teve que auditar. Se há aqui alguém que enganou não fomos nós, Assembleia Municipal, que foi levada ao engano, nomeadamente os elementos que votaram favoravelmente esse Relatório.

Se o Senhor acha que o mentir a esta Assembleia Municipal é um lamentável lapso, então não posso, de todo, concordar consigo.

Este auditor, independentemente de ter a formação académica que tem, independentemente de ter qualidade que lhe é reconhecida entre os seus pares, independentemente de estar a cumprir com as normas estabelecidas pela ordem onde está inscrito e é reconhecido, houve um pormenor singelo que é o de mentir a esta assembleia Municipal.

O Senhor é dos primeiros, e eu reconheço essa situação, a vociferar no sentido de, quando enganado, querer repor, de imediato, essa situação.

O Senhor aqui já expressou, por mais que uma vez, que a situação do engano, seja ele qual for - e não vou aqui particularizar, vou generalizar -, o Senhor não pode compactuar com ele. Muito me espanta que, neste momento, o Senhor esteja a compactuar com uma mentira, e que venha com argumentos de que são dois Professores, que são dois excelentes profissionais, porque eu não ponho em causa rigorosamente nada disso, provavelmente, nem tenho capacidade de aquilatar dessa situação, agora há uma coisa que eu tenho capacidade de aquilatar e a presente sala também entende aquilo que eu digo, que é o seguinte: Fomos enganados. Foi-nos apresentado um Relatório que não está vertido na verdade da situação da altura, logo, hoje, olhando para este Relatório, como o Senhor Presidente e qualquer dos presentes deve entender, coloco um pé atrás, perguntando-me se, efectivamente, este Relatório expressa aquilo que é a realidade e a verdade certificada por um Revisor Oficial de Contas que mentiu a esta Assembleia.

Mais, se o Senhor Presidente é tão lesto a conseguir instaurar um processo disciplinar a um funcionário que falhou, que enganou, e esse mesmo funcionário é punido, não consigo entender, de todo, porque é que o Senhor não revoga a este Revisor Oficial de Contas a sua prestação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

serviços, porque o Senhor também foi enganado, estava a contar com determinado tipo de coisa e, de repente, o céu caiu-nos em cima da cabeça, porque ninguém desse Revisor Oficial de Contas, lhe contou a verdade toda.

Olhe que, se calhar, não é só nas contas, Senhor Presidente. Se calhar, há outras situações que o Senhor, mesmo trabalhando em equipa, não conhece, porque, neste momento, é crível, a qualquer um de nós, colocar na razoabilidade da questão da dúvida, no sentido de saber se, efectivamente, lhe é transmitido tudo aquilo que o Senhor pretende e deve saber.

O Senhor já aqui admitiu e humildemente reconheceu que houve esse erro, e corrigiu-o, o resultado há-de sair daqui a uns dias.

Desta vez, o Senhor não pode estar atido a uma situação de alguém que falhou, de alguém que mentiu, de alguém que não cumpriu com o seu dever para com esta Câmara, para com esta Assembleia e para com os pombalenses, porque todos aqueles que, por direito ou por dever, votaram naqueles que aqui estão, também foram enganados, e não se tratou de um pequeno lapso, tratou-se, efectivamente, de um engano.”

João Coelho, que pediu a palavra para defesa da honra, como se segue:

“Só para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que é ele que se engana a ele próprio quando acha que a grande diferença que há entre nós os dois é a idade. A diferença que está aqui não reside na idade, está na minha abertura de espírito para olhar para os números e para os factos e entendê-los como eles são.

O Senhor Presidente engana-se a si próprio. O Senhor entende que, perante um facto como este, uma mentira, não é uma falha, é uma mentira, de um técnico para salvar a sua reputação e a sua carreira, se o Senhor acha que pode fazer o que entender em relação a isto e dizer: «bom, é só o dinheiro dos pombalenses», eu acho, Senhor Presidente, que o Senhor engana-se a si próprio.

A diferença não reside na nossa idade ou naquilo que passámos na vida. Há um facto objectivo que aconteceu aqui e o Senhor Presidente nega-o a si próprio.

Portanto, Senhor Presidente, perante isto, só posso dizer que temo pelo futuro.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Eu não estava para intervir sobre esta matéria. Eu acho que já disse o que tinha a dizer em tempo próprio, mas vejo-me obrigado a intervir, porque acho que de professores já estamos todos um bocado fartos, e até o “tom professoral” como são ditas determinadas coisas, a mim, acho que numa Assembleia onde devemos ser directos, concisos, acertivos e frontais, tanto quanto possível, gostava de perceber qual é a diferença entre mentira e falha.

A mentira é intencional, mentira significa que se conhece a verdade e que não se diz a verdade. Mentira é ter um défice de não sei quantos por cento e dizer que não é isso.

Falhar é fazer contas e errar.

Para provarmos que é mentira temos que saber que é intencional e, desculpem lá, eu não sou advogado, mas acho que devemos ser correctos na avaliação das coisas.

Eu achei que foi uma incorrecção imperdoável, naturalmente, e acho que é uma confusão, e nós não podemos ter confusão na vida deste País nem na nossa vida aqui dentro, devemos falar das coisas como elas são.

É evidente que houve falha e nós comentámos isso aquando do parecer do Auditor Externo. Houve falha e, naturalmente, não me passaria pela cabeça acusar isso de mentira porque significaria que as pessoas o fizeram deliberadamente, portanto, é bom usarmos os termos correctos para avaliar as situações.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Perante isto, o Senhor Presidente da Câmara, tem à frente dele alguém que o critica, e está no direito de o fazer, porque todos nós estamos aqui de espírito aberto e temos todo o direito de dizer qual é a nossa interpretação dos factos, mas devemos fazê-lo com agudeza mas não fugindo à aplicação das palavras correctas.

Relativamente aos Senhores, se tiverem alguma proposta a fazer à Câmara, é fácil. Eu já fiz a minha.”

Nesta altura foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que fez a seguinte intervenção:

“Só para dizer a estes dois jovens deputados que ao longo da minha vida nunca oculte nada intencionalmente, mas sou humano, sou sensível, sou um técnico e entendo que um técnico quando informa erradamente sem intenção, essa falha deve ser perdoada e tolerada, porque só não falha quem nada diz e quem nada faz.

Os Senhores ao longo da vossa carreira, como profissionais que são, um de gestão e outro de direito, também são susceptíveis de falhar; porque quem se considerar infalível, engana-se redondamente.

Provavelmente teriam que ir aos Bancos pedir informações, mas essa falha deu-se porque eles nem por sombras pensavam que eu estava a trabalhar com pessoas desonestas.

Ainda não perdi a confiança nos Revisores e enquanto isso não acontecer eles vão continuar a prestar serviços ao Município.

Ainda agora tivemos aqui uma Inspeção que não me responsabilizou em nada, mas responsabilizou o Banco, e os Senhores acusaram-me aqui, nesta Assembleia, e eu não posso perdoar isso.”

Ponto 2.6 – Apresentação do Balanço Social referente ao ano de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que apresentou o documento e teceu as considerações que entendeu necessárias ao mesmo, colocando-se à disposição do Plenário para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Armindo Carolino, cuja intervenção se segue:

“Queria aproveitar para, em primeiro lugar, saudar, de uma maneira especial, pedindo autorização ao meu filho, Fernando Carolino, para sublinhar, com muito agrado, o regresso a estas lides político partidárias, na Assembleia Municipal, do meu ilustre colega, Dr. Anézio Gonçalves.

Reportando-me, só num parêntesis, ao anterior, que bom se aqui se pudesse explicar qual a diferença entre dolo e negligência.

Quando eu pedi a palavra para eu falar no ponto 2.6 eu queria referenciar apenas dois pontos neste Balanço Social.

Eu também gosto muito de matemática e queria dizer-vos o seguinte:

Neste Balanço Social, 60% de trabalhadoras e trabalhadores desta Câmara, estão incluídos entre aquilo que antigamente se chamava o ensino primário oficial, a velha 4.ª classe, e os 9.ºs anos, mas 40% estão entre os 12.º anos, as licenciaturas e há vinte trabalhadoras e um trabalhador que são titulares de um Mestrado.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Isto quer dizer que este Quadro que esta Câmara tem, em termos de pessoal, é um Quadro que, na realidade, permite, a quem tenha responsabilidade autárquica de, em cada dia e em cada hora, responder perante quem os elegeu, ter na sua retaguarda quem está preparado para o fazer; independente dos títulos, e não são os títulos que nos fazem a nós, nós é que fazemos os títulos a que remos direito.

Outro ponto é dizer-vos que, cerca de 72% do Quadro do Pessoal da Câmara Municipal que constam deste Relatório Social, estão situados, em termos de idade, entre os 40 e os 64 anos. Isto significa que o Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal tem ainda muito possibilidade de fazer bem melhor do que já tem feito até agora, e eu subscrevo, o louvor que indirectamente o Senhor Presidente dirige a todos quantos lhe dão apoio, desde o Gabinete de Apoio à Presidência, aos Departamentos, Divisões e Secções, porque, na realidade, esta casa pautou-se sempre pelo apoio, independentemente de um caso ou de outro, e a árvore não faz a floresta.

Portanto, eu queria sublinhar estes pontos e dizer que, em termos de Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Pombal, nós podemos orgulhar-nos e podemos referenciar a Câmara Municipal de Pombal, em termos de actividade social, como um exemplo, e que pena esse exemplo não ter efeitos a montante.”

Humberto Lopes, que fez a intervenção abaixo:

“Eu não era para intervir, mas, passando da teoria à prática, eu dou um exemplo, pegando, no fundo, nas palavras do orador anterior, saudando o trabalho dos Quadros Técnicos desta Câmara.

Quem quiser ir a Almagreira, onde está a ser requalificado o Largo de São Pedro, que era uma pretensão de há muitos anos. O projecto foi feito pela prata da casa, a Arquitecta Nélia Fragoso fez um trabalho, na minha opinião, excelente. Está a acompanhar a obra com muita dedicação, quem nos dera a nós que todas as outras obras públicas, por esse País fora, tivessem esse tipo de acompanhamento.

Outra preocupação que a Junta de Freguesia tem é a Revisão do PDM. Foi adjudicada a uma equipa externa que andou vários anos para fazer o trabalho e, agora foi criada uma equipa interna, que tem todo o apoio do Executivo, para apresentar essa Revisão tão importante para todas as Freguesias.”

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Gestão e Prestação de Contas Individuais Consolidadas.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que apresentou o documento e teceu as considerações que entendeu necessárias ao mesmo, colocando-se à disposição do Plenário para qualquer esclarecimento adicional.

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia:

João Coelho, que usou da palavra como se segue:

“Em primeiro lugar urge explicar que a análise deste Relatório de Gestão é essencialmente uma oportunidade para aferir da capacidade da Câmara em apresentar uma governação a favor dos pombalenses. A minha intervenção tomará somente este prisma e não se preocupará tanto com a qualidade do trabalho na elaboração do documento, que ninguém contestará.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Dito isto, a leitura atenta de todas as informações suscitam-me uma primeira dúvida. Na página 20 aparece uma nota de título “Provisões”. Nela é dito que a gestão da CMP decidiu incluir “pela primeira vez” valores para este fim, como se esta não fosse uma obrigação legal de sempre. Mais me interrogo porque para as provisões feitas do lado do passivo no valor de 651 mil euros é apresentada uma justificação surpreendente: corresponde a processos judiciais que correm em tribunal contra o Município. Quais são estes processos de que esta Assembleia nunca teve conhecimento e que ascendem a uma quantia de tão elevado risco para as contas da Câmara?!

Estou confiante que a bancada do PSD se estenderá longamente sobre os pontos positivos das contas da CMP. Eu estou mais preocupado em apontar os pontos preocupantes da governação da CMP.

Efectivamente a CMP apresenta capacidade de controlar o seu balanço, principalmente através do aumento de 17% das suas receitas, dividido num aumento de 3 milhões de euros nas receitas de capital e de 2,6 nas receitas correntes. Isto encerra à partida uma virtude que é a capacidade renovada de concurso a fundos comunitários, o que se saúda.

Só que estes 5,6 milhões de euros a mais apenas se conseguiram transformar em 4 milhões de euros de investimento, que terão já a sua avaliação.

Por outro lado o aumento das receitas correntes em 2,6 milhões de euros, mais 10% que em 2009, foi conseguido à custa do aumento de impostos directos em 6,2%. IMI praticamente manteve-se, IMT aumentou 15,3% e a Derrama aumentou 13,4%. Isto comprova o que aqui sempre defendemos, há que ter tanta vontade de diminuir os impostos municipais como a capacidade que temos para o fazer; os números provam que os pombalenses poderiam ser aliviados na sua carga fiscal municipal.

Outra dívida muito importante. A CMP regista um aumento de receita provinda de águas em 51% e do saneamento em 45%. Há mais consumo de água ou incremento da utilização da estrutura de saneamento em proporções tão grandes? Há aumento das tarifas que tenham gerado um tumulto social? Os documentos demonstram que não, o que só pode indicar que os serviços da CMP passaram a contabilizar valores que dantes não faziam, a CMP tinha dinheiro que não sabia que tinha e que por milagre agora aparece.

Num aparte, continuo a estranhar como é que um sector financeiro em que se registou um desfalque de 550 mil euros, que constitui provisões pela primeira vez e logo em 650 mil euros e que aparece ainda com este milagre contabilístico das águas e saneamento continua a ter como único vereador responsável o sr. Presidente da CMP.

No capítulo da receita deixo ainda uma nota. Porque li que o chorrilho de críticas dos vereadores da maioria à administração, quero registar que até nas transferências da administração central a CMP se mantém nos mesmos patamares, recebe as mesmas importâncias, valorizadas agora em 644% pelos Fundos do QREN.

Mas voltemos ao investimento. Numa execução de 65% do PPI, há que valorar as obras nos centros educativos, que sempre apoiámos, bem como a aposta nas infraestruturas desportivas.

Já não podemos concordar com todos os 2,5 milhões de euros gastos em redes viárias quando lemos nas páginas 64 e seguintes que ao lado desta exorbitância temos a ampliação da rede de abastecimento de água em apenas 1,5km e da rede de saneamento nem sabemos como está.

Também não podemos concordar com a política de desinvestimento nas estruturas culturais do concelho ou no pouco trabalho de rede, a nível concelhio ou supra-concelhio, que tem sido denunciada em várias fóruns e que está aqui bem patente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Lamentamos profundamente o desinvestimento nas promessas de valorização dos espaços públicos com zonas verdes nobres (novamente a valorização das Margens do Rio Arunca ou o ansiado Parque Verde que sempre aqui falámos e agora acompanhados por alguns).

Por fim lamentamos que tenhamos o Parque Tecnológico de Pombal apenas no papel (de minha memória o PS vem aqui há 8 anos falar nisto), ou mesmo que com este quadro financeiro favorável não tenhamos uma estratégia de afirmação do concelho no país que seja clara e atractiva.

Para o Sr. Presidente da CMP poder responder melhor vou recapitular:

1º Duas dúvidas – quais são estes processos em tribunal de que nunca ouvimos falar e que já vão nuns perigosos 650 mil euros? Onde estava o dinheiro da água e do saneamento que aparecem agora por geração espontânea dum exercício para o outro?

2º O aumento da receita dos impostos directos durante mais um ano não lhe deixa a perguntar se não pode aliviar os pombalenses na sua carga fiscal? Mantém a intenção de não baixar por exemplo a derrama ou a participação do município no IRS dos pombalenses?

3º Enquanto asfalta as estradas prometidas na campanha onde estão os investimentos necessários para a afirmação económica e social do concelho que o sr. até pode fazer mas não quer?

Li o documento muito atentamente e percebi a mensagem: a governação do PSD contabiliza dubiamente, continua endinheirada à custa dos pombalenses e tarda em trazer a esta terra a dignidade dos investimentos que estes pedem e merecem. Por isso ao PS só resta rejeitar estes documentos, para rejeitar esta governação.”

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

Eu tenho, habitualmente, deixado para a minha área de intervenção alguns comentários sobre alguns aspectos mais relevantes deste documento, que é extenso, e que, evidentemente, tem todas as interpretações possíveis consoante o quadrante onde se estão a fazer as intervenções.

Evidentemente, algumas das prioridades que foram aqui invocadas, foram-no de uma forma um pouco enviesada de ver o assunto.

Querem mais estradas, não menos estradas, levantaram um problema de estradas por fazer, ou por melhorar.

Depois é a questão da água, alguém me irá explicar, é um pormenor que eu por acaso não reparei, sinceramente não reparei nisso.

Reparei que há três aspectos deste documento, que é um documento de relevante apreciação, porque uma Câmara Municipal apresenta o seu Plano e Orçamento e nós, depois, verificamos se tivemos graus de execução e de realização dentro das áreas consideradas prioritárias, que são ou não, satisfatórias. E são, claro que são, não vamos discutir isso.

Eu estou numa fase em que, politicamente, tento ser o mais incorrecto possível e o mais incorrecto é dizer aquilo que chateia, é dizer as verdades àquelas pessoas que não sabem lidar com a verdade, e, portanto, quando os meus amigos me atiram com as mentiras, eu às vezes sou diplomático e prefiro não dizer as verdades a propósito deles, porque o que devia fazer era dizer as verdades.

Naturalmente que eu posso concordar que os senhores não aceitem completamente este documento, mas votar contra, com os argumentos que eu aqui ouvi, é apenas arranjar pseudo argumentos para o fazer.

Este documento, na sua globalidade, é um documento que, mesmo que os Senhores não quisessem votar a favor, deviam ficar pelo menos pela abstenção, aliás, os mesmos Senhores que



MUNICÍPIO DE POMBAL

falam dos sacrifícios da Câmara mas não falam, na mesma ordem de pensamento, dos sacrifícios que o Governo impõe ao País. São as mesmas pessoas que têm as tais “dois pesos e duas medidas”. Os Impostos pelo Estado estão bem, já a Câmara deve baixá-los para pagar os sacrifícios que o Estado pede aos cidadãos, quando a Câmara gere melhor do que o Estado geriu, porque o Estado não fez exactamente o que a Câmara fez.

Eu não vou discutir as prioridades da governação, disse-o há pouco, estou a fazer uma analogia, estou a dizer que investiu-se na Educação, muito bem, investiu-se em áreas de inovação tecnológica, muito bem, mas o que eu estou a falar é no desperdício, nas más opções, nos investimentos falhados, nas hesitações constantes, nos planos megalómanos de investimento quando o país não tem dinheiro, isso é que me custa ouvir; depois, olhar para um documento que é cauteloso, com certeza, um documento que mostra uma determinada capacidade de realização, um documento que, como o Senhor Presidente disse, e bem, não hipoteca, mesmo para o futuro, com tudo aquilo que tem sido feito, que venha outros depois usar dinheiros disponíveis para fazer melhor; e para irem com as suas prioridades para a frente e isso, infelizmente, nós não podemos dizer do país porque quem vier a seguir não vai ter condições para fazer coisa nenhuma de jeito, embora tenha que o fazer para bem dos portugueses.

Para voltarmos à realidade prática do Concelho de Pombal, o que nós podemos dizer é que, politicamente, este é um documento que reflecte não só uma boa gestão dos dinheiros disponíveis, como reflecte que há capacidade de fazer obras, e agora ainda mais, porque há dinheiro disponível para isso, e é um reflexo de um trabalho sempre criticado para trás mas que, felizmente, nós podemos dizer assim: “bom, nós não temos tudo, não temos um grande parque industrial, não temos muito mais indústrias”, pois não, mas pelo país fora estão muitas a fechar!”

Os empresários pequenos sentem a falta de apoio do Governo. Os empresários queixam-se da falta de incentivo à criação de novos empregos, e de novas indústrias, e depois Pombal tinha que dar o exemplo. Eu acho bem, é o reconhecimento de que nós temos capacidade para dar o exemplo. Eu exorto o Sr. Presidente a que continue a dar o exemplo, procurando talvez captar para cá dos outros Concelhos, porque as Câmaras estão falidas, e muitas delas são do PS, outras são do PSD, do CDS, e sei lá, do PCP, mas venham ver o exemplo de Pombal, que é realmente muito falado, até na área cultural, por esse país fora.

Eu acho que quando se fala de investimento na cultura, nas associações, quem é que investiu nestes últimos anos e permitiu que houvesse um tecido social na área cultural nas instituições, nas associações do nosso Concelho, de alguma dinâmica, senão a Câmara e as pessoas que, muito voluntariamente, dão uma parte do seu esforço para combater a inércia que muitas vezes se instala porque toda a gente se queixa da falta de apoios ao associativismo e eu não duvido que, em Pombal, as pessoas se queixem desse apoio.

Quando ouvi o João Coelho a dizer determinadas coisas, pensei, provavelmente, ele está desfasado da realidade e eu não queria dizer que ele anda distraído porque já ouvi dizer que esse termo significaria outra coisa, mas não é isso. Eu espero que o João Coelho não tenha dito isto apenas por má vontade e que esteja convicto.

Para resumir, nós vamos votar este documento com a oposição do Partido Socialista, isto não é, no fundo, aquele “cheque em branco” que foi pedido a um Partido, a nível do Governo, para viabilizar um Orçamento que já sabíamos que era altamente penalizador e, mesmo assim, foi-lhe dada uma abstenção numa Assembleia da Republica.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Aqui, nós estamos a apresentar coisas que são minimamente credíveis, penso eu, e temos que contar com uma oposição que não quer ver a realidade. Aliás, do Partido Socialista, eu, neste momento, não esperaria outra coisa.

Nunca quiseram ver a realidade, nunca aceitaram, não querem saber das coisas que são verdadeiras e pragmáticas que aqui estão e que não é fazer acima das nossas possibilidades, é fazer aquilo que é possível, sem hipotecar o futuro do Concelho de Pombal, e, portanto, eu voto favoravelmente.”

Sérgio Gomes, cuja intervenção se transcreve:

“De acordo com as contas que nos foram apresentadas relativamente ao ano 2010, através do balanço do Município, podemos verificar a situação patrimonial.

Quanto ao activo do Município, digamos, aos seus direitos, verifica-se um aumento de quinze milhões de euros face a 2009, uma variação de cerca de 15%. Este aumento justifica-se pelos investimentos efectuados, em bens do domínio público, ao montante significativo de obras que se encontram ainda em curso e ao aumento das disponibilidades de tesouraria, que registaram um 1,4 milhões de euros face a igual período de 2009, ou seja, na moeda antiga, 300.000 contos, o que é bastante significativo.

Ao nível do passivo, verificou-se um aumento, também, de 8,7 milhões de euros, em termos percentuais, o passivo da Câmara aumentou 23% que se justificam essencialmente pelo aumento da dívida a fornecedores gerais e empreiteiros em cerca de 2,2 milhões de euros.

O reconhecimento de 651.000 euros de provisões para processos judiciais em curso, ora as contas estando, digamos, bem elaboradas, a nível da sua apresentação, há aqui um défice da divulgação de alguns elementos, e concordo com o colega deputado João André Coelho, quando diz que deveria ser prestada informação sobre do que é que são estes 651.000 euros. Eu penso que será por uma questão de prudência, a Câmara reconheceu como um custo uma potencial perda com um processo, que digamos, está a decorrer contra o funcionário que fez o desvio, e deve estar reconhecida uma perda potencial, assim como três processos judiciais com alguma probabilidade de representar, no futuro, um custo para os cofres do Município, que, neste momento, por uma questão de prudência, já estão reconhecidos nas contas. Penso que será isso, mas estes assuntos deveriam ser divulgados nas contas.

O aumento que há aqui, também a nível do que estiver registado no passivo, há aqui um aumento de proveitos diferidos, esta rubrica é referente ao reconhecimento dos subsídios recebidos no âmbito de vários projectos comparticipados, aumentou 5 milhões de euros, não representando qualquer encargo ou pagamento para a Câmara no futuro.

Situações deste tipo são registadas nos capitais próprios e não como passivos nas empresas privadas, ou seja, isto não representa qualquer passivo para o Município. Pode constatar-se que os activos do município são superiores aos seus passivos em cerca de 99 milhões de euros, dando-lhe uma significativa autonomia financeira. Com base nos dados apresentados na prestação de contas dos Municípios, de acordo com o ultimo anuário financeiro dos Municípios Portugueses para o ano 2008, Pombal ocupava o 2.º lugar no ranking global dos melhores municípios em termos de eficiência financeira. Esse anuário é elaborado por técnicos do mais credível que temos a nível nacional, portanto a Bancada do PS deveria perder um bocadinho a olhar para aquele relatório porque, sinceramente, acho que mudava o vosso sentido quanto às contas do Município.

A nível do endividamento. O limite do endividamento do Município para 2010 era de 26 milhões de euros, sendo o endividamento líquido de cerca de 7 milhões, ou seja, 27% daquele limite.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Verifica-se que existe no final do ano uma folga de 73% face ao valor do limite do endividamento, o que se traduz em cerca de 19 milhões de euros, sendo esta folga de 21 milhões de euros em 2009.

A nível do desempenho económico registado em 2010, que pode ser avaliado com base na demonstração de resultados apresentada, verificamos a obtenção de resultados operacionais positivos em cerca de 11 milhões de euros, sensivelmente o mesmo valor de 2009, assim como uma ligeira melhoria dos resultados financeiros. Os proveitos de 2010 ascenderam a 33 milhões de euros e os gastos a 25 milhões, em consequência, o resultado líquido é positivo em cerca de 7 milhões de euros. Relativamente à execução orçamental, a receita prevista em Orçamento foi executada em 79% no que se traduz numa receita cobrada bruta na ordem dos 39 milhões de euros, de onde se destacam algumas rubricas, nomeadamente os impostos directos, IMI, Derrama e IMT, 8 milhões de euros, que representam 21% do total da receita.

As transferências do Estado, quer a nível corrente, quer de capital, representam 36% da receita total, foram transferidos 14 milhões de euros.

Vendas de bens e serviços onde se inclui a água, 6 milhões de euros, representa 15% do total da receita.

Depois, há uma verba significativa, que representa 13% relativamente aos recebimentos de projectos co-financiados.

A despesa prevista em orçamento foi executada em 77%, o que se traduz numa despesa paga na ordem dos 38 milhões de euros, de onde se destacam algumas rubricas com maior peso, nomeadamente, as despesas com o pessoal, que representam 18% do total da despesa da Câmara; a aquisição de bens e serviços; aquisição construção e reparação de bens de capital, 17 milhões de euros que representam 45% do total das despesas. Nesta rubrica podemos esticar o valor quadro referente a construção e melhoria das escolas, 3 milhões de euros. Pagamento referente a bens do domínio público, 10 milhões de euros, que correspondem a 26% de um total da despesa e de onde se destacam os pagamentos referentes a arruamentos, sistema de drenagem de águas residuais, captação e distribuição de água e viação rural.

Em conclusão, depois de analisadas as principais rubricas da prestação de contas do Município, podemos verificar uma boa estrutura financeira e de liquidez que permite cumprir e honrar os compromissos financeiros assumidos com os seus fornecedores e financiadores.

Verifica-se uma margem de endividamento confortável para as necessidades futuras de recurso ao crédito bancário, assim que for necessário, sem pôr em causa o equilíbrio financeiro do Município.

Continuam a verificar-se bons níveis de execução quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Seria óptimo que todos os municípios portugueses tivessem uma situação idêntica ao Município de Pombal, já para não falar da situação catastrófica que o nosso país atravessa, ao nível do descontrolo das suas contas públicas.

Só queria, digamos, referir também outra situação levantada pelo Dr. João André, relativamente à necessidade da baixa de impostos, por parte do Município.

Eu lembro que, relativamente ao IMT, digamos que não depende da Câmara a situação da taxa de IMT, por isso, aí, não há nada a fazer.

Relativamente ao IMI, desde que este imposto entrou em vigor, a nível da Câmara Municipal de Pombal, as taxas foram reduzidas já no corte inicial do valor delas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O FMI, a conhecida TROIKA, o que vai propor é o aumento da Tributação do Imposto sobre o Património, por isso não vejo lógica nenhuma, nem é razoável, a Câmara Municipal de Pombal estar a descê-los.

Quanto à DERRAMA, o Município estabelece uma isenção para pequenas empresas com facturação até 150.000 euros, ou seja, as pequenas empresas não pagam DERRAMA, só pagam DERRAMA as empresas que têm lucro, as que têm prejuízo evidentemente não pagam.

Quanto ao IRS, a dedução variável no IRS, só favorece as pessoas que pagam IRS, as pessoas que têm menores rendimentos, evidentemente, nada beneficiam disso.

Face ao que foi dito, se votadas em consciência e livres de preconceitos, as contas agora apresentadas nunca poderão ser votadas de forma negativa pela oposição, e, se o forem, desculpem mas diria mesmo que é ridículo.

As coisas devem ser votadas em consciência e não por querelas partidárias.”

Fernando Carolino, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Dr. João Coucelo, eu hoje sinto-me quase como o Anderson Polga do Sporting, central de marcação, mas meu caro amigo, eu vou dar-lhe três exemplos do porquê da Bancada do Partido socialista não poder votar favoravelmente este documento, independentemente do mesmo apresentar um saldo muito positivo, um endividamento abaixo daquilo que está perspectivado para uma situação económica bastante difícil, e que são os seguintes:

- *Na página 14 deste documento, encontra-se a referência à inscrição de empresas como beneficiárias de transferências correntes e que são empresas às quais a Câmara adjudica o fornecimento de materiais que são entregues às associações ou às Juntas de Freguesia, mas não havendo um pagamento de um subsídio, nem havendo uma transferência para a Associação ou para a Freguesia, mas o pagamento de uma factura à empresa.*
- *O saneamento básico teve um investimento idêntico a 2009, um investimento inferior a 2 milhões de euros e que corresponde apenas a 6,7% do investimento plurianual previsto.*
- *Na área da economia, obras como o Parque Tecnológico de Pombal e as áreas empresariais, nas Freguesias, não saíram do papel. À semelhança do que se tem vindo a passar ao longo dos últimos anos. O mesmo não acontece na rede viária, que efectivamente, à semelhança de 2009, foi contemplada com um vultuoso investimento, na ordem dos 2,5 milhões de euros.*

É por estas situações, Sr. Dr. João Coucelo, ilustre membro desta Assembleia, que nós não podemos, de todo, subscrever, sequer, uma abstenção a este documento, e, já agora, com a devida vénia do Senhor, vou utilizar palavras suas, proferidas nesta Assembleia, não posso textualmente proferi-las mas o contexto será este, o senhor há pouco, na sua intervenção, disse a determinada altura, que quem vier para o Governo não vai ter dinheiro para governar. Imagino que é o PS. “

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Eu quero esclarecer o Sr. Deputado João Coelho que as taxas de recursos hídricos que nós pagamos, indevidamente, à Direcção Hidrográfica do Centro, estão em Tribunal, assim como está em Tribunal o roubo que um Banco permitiu e que um funcionário, que está preso, cometeu. Mas também temos cobranças duvidosas que estão em Tribunal, de empresas que faliram e que deixaram de pagar a água, as taxas de saneamento e outras taxas, que estão aqui nestas importâncias, e que a Câmara espera ser, efectivamente, ressarcida.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação àquilo que, efectivamente, é prática corrente, inicialmente ficava triste e desiludido, agora já estou mais conformado porque não há outra prática política em Pombal.

Os deputados municipais deviam pronunciar-se sobre este documento com isenção, sem politiquices.

A nossa água é a mais barata do Distrito de Leiria, já não é aumentada há três anos, mas já houve aí seminários, vieram aqui mentores das Águas do Mondego que ganham, se calhar, de vencimento, quatro ou cinco vezes mais que o Presidente da Câmara, com vista a criar-se, aqui, um sistema multimunicipal, como se nós não tivéssemos recursos hídricos e capacidade para os gerir.

O IRAR vai impor, a nível nacional, uma taxa única de fornecimento de água e saneamento, e quando isso acontecer os municípios deste Concelho vão pagar muito mais.

Ourém, por exemplo, privatizou a água, fez parcerias público-privadas, recebeu 800.000 contos, na altura. A água, actualmente é muito mais cara, a Câmara de Ourém, mais pequena que a nossa, deve cerca de 50 milhões de euros.

Criticam a Derrama, mas nós só a aplicamos há três anos, devíamos tê-lo feito há 20 anos, teríamos o saneamento, nesta altura, a 100%.

A Lei das Finanças Locais aprovada à revelia da Associação Nacional de Municípios, por um Governo autoritário e incompetente, permitiu que, em termos de avaliações, os prédios sejam avaliados por valores muito superiores ao valor real da transacção.

Agora vem aí a TROIKA que ainda vai trazer menos receitas, mas esta Câmara, felizmente, tem receitas próprias, tem património, tem terrenos para vender no Parque Industrial da Guia, no Parque Industrial Manuel da Mota, no Louriçal, em Abiul, etc., para as empresas se puderem instalar, mas se não se instalam, não é por se aplicar a Derrama.

Vamos ser sérios e analisar as coisas com imparcialidade, porque precisamos de trabalho, precisamos de conhecimento, mas precisamos, acima de tudo, de acção e de responsabilizar quem deve ser responsabilizado.

Espero que, nas próximas eleições, tenham alternativa, tenham projecto, mas não utilizem a vossa argumentação que é teórica, é incompetente e é abstracta.”

Colocado o Relatório a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com oito votos contra e uma abstenção da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Centro Escolar da Ilha – Proc.º n.º 49/2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 5.0 - Centro Escolar da Ilha - Proc.º n.º 49/2010.

Foi presente à reunião a informação n.º 1066/DMO/11, do Departamento Municipal de Obras, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe e como é do conhecimento de V. Exa. foi a mesma adjudicada pela Câmara Municipal, por deliberação de 11 de Março findo, à firma Soteol – Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., pelo valor de € 885.712,61, mais IVA e com o prazo de execução de 360 dias (12 meses).

2. Nestes termos e tendo em consideração o plano de pagamentos apresentado, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- Ano 2011 (7 meses) € 520.800,02, IVA incluído;*
- Ano 2012 (5 meses) € 418.055,35,17, IVA incluído.*

3. Verifica-se que, o encargo para o ano 2012 é superior ao constante no Plano Plurianual de investimentos, para o mesmo ano, no montante de € 118.055,35.

4. Considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, deve, nos termos do n.º 6 do citado artigo e diploma, ser obtida a autorização da Assembleia Municipal para a efectivação da despesa.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal para efectivação da despesa, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Aquisição de Combustível a Granel (Gasóleo Rodoviário e Gasolina 95 Octanas) para o Município de Pombal, ao abrigo do acordo quadro n.º 2 Combustíveis Rodoviários da ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) – Proc.º n.º 011/AJD/SA/11, no montante global de € 500.000,00.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

“Ponto 15.0 - Aquisição de Combustível a Granel (Gasóleo Rodoviário e Gasolina 95 Octanas) para o Município de Pombal, ao abrigo do acordo quadro n.º 2 Combustíveis Rodoviários da ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) – Proc.º n.º 011/AJD/SA/11, no montante global de € 500.000,00.

Foi presente à reunião a informação n.º 1093/SA/11, da Secção de Aprovisionamento, que a seguir se transcreve:

“1 – Relativamente à prestação de serviços de fornecimento de combustíveis ao Município de Pombal mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de Câmara celebrada em 25 de Março p.p., à empresa REPSOL



MUNICÍPIO DE POMBAL

PORTUGUESA, S.A., pelo valor de € 500.000,00, mais IVA, e com o prazo de fornecimento de 12 meses.

2 – Nestes termos, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- *Ano 2011 (7 meses) - Junho a Dezembro – € 291.666,66, mais IVA;*
- *Ano 2012 (5 meses) – Janeiro a Maio - € 208.333,34, mais IVA.*

3 – Verificando-se que o presente procedimento dá lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico (€ 208.333,34, em 2012), e considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, carece o respectivo encargo de autorização do órgão deliberativo, nos termos do n.º 6, do referido artigo e diploma.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal para efectivação da despesa, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10 - Leitura e discussão e votação da proposta da Câmara sobre Rectificação dos Limites Administrativos Externos.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme documento previamente distribuído por todos e que se transcreve:

Ponto 14.0 – Rectificação dos Limites Administrativos Externos.

Foi presente à reunião o processo para Rectificação dos Limites Administrativos Externos, acompanhado da informação n.º 1012/DMPU/11, do Departamento Municipal de Planeamento Urbanístico, que a seguir se transcreve:

“No âmbito do processo de revisão dos limites administrativos do concelho de Pombal com os concelhos limítrofes, nomeadamente Figueira da Foz, Soure, Ansião e Ourém, os quais já foram aprovados pelas Juntas e Assembleias de Freguesia respectivas e objecto de acordo com os concelhos limítrofes, sugere-se que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de rectificação dos limites administrativos para o concelho de Pombal, constante do processo que se anexa.”

A Câmara, em face dos elementos apresentados deliberou, por unanimidade:

Primeiro: Concordar com a proposta de limites administrativos apresentada.

Segundo: Remeter o presente processo à Assembleia Municipal para que este órgão se pronuncie.

Terceiro: Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução.

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, concordar com os limites administrativos propostos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, tendo-se inscrito:

Alcides Simões, residente em Casal da Lagoa, Freguesia de Vila Cã, que interpelou o Senhor Presidente da Câmara como se segue:

“Antes de mais, gostaria de pedir aos senhores eleitos locais que não se zanguem por causa dos Limites das Freguesias, é que, afinal, ainda não vi edital algum.

Senhor Presidente da Câmara, V. Ex.^a diz que gosta de matemática, pois o que se segue agora, julgo que V. Ex.^a tem aí a factura, é um problema de aritmética.

Consumi 12, paguei 20 e a aritmética dá resto zero, é uma das coisas que eu gostaria de ver explicada.

Faz-me alguma confusão a contabilidade do Município, é que, há cerca de um ano, quando fui aos Serviços, reclamar por uma situação idêntica a esta, foi porque o computador dos seus Serviços estava a somar e o meu dinheiro a sumir e eu não gostei.

Entreguei a reclamação, exactamente no dia em que os seus Serviços ficaram a saber que o Sr. Victor andava a governar-se com os dinheiros do Município, estranhas coincidências.

Eu diria que, consultando aquilo que tenho, os seus Serviços até são um bocado descuidados, principalmente em termos de aplicações informáticas.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, depois de lhe ter sido dada a palavra, respondeu o seguinte:

“O motivo que o trouxe aqui é de muita responsabilidade, tem a ver com a facturação mensal da água que se consome, mas sabemos que, esporadicamente, as leituras não são feitas com a devida oportunidade e há um desfasamento temporal, portanto, o que não for facturado agora, é facturado no mês seguinte.

Como reclamante dirija-se ao Departamento de Águas e peça uma justificação, por escrito, para saber porque é que isso aconteceu e se a Câmara está, efectivamente, a prejudicá-lo.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte e uma horas e quarenta minutos, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: